
SUMÁRIO

Sobre os Autores	7
Apresentação	9
Nota à 11ª Edição	11

LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil

1. Código de 1973.....	141
2. Reformas	141
3. Código de 2015.....	141
4. Das fontes às normas.....	142
5. Das normas ao sistema	142
6. O processo civil como meio para tutela dos direitos	142

PARTE GERAL

1. Parte geral e parte especial.....	143
--------------------------------------	-----

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e Processo	145
2. Normas Heterotópicas.....	145

TÍTULO ÚNICO

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

1. Interpretação	146
2. Aplicação.....	146

Capítulo I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas Fundamentais.....	146
2. Compromissos Fundamentais.....	146
3. Reprodução e Densificação	147
Art. 1.º	147
1. Ordenado, Disciplinado e Interpretado	147
2. Da Constituição ao Código.....	147
3. Direito ao Processo Justo.....	147
4. Conteúdo do Direito ao Processo Justo	148
5. Eficácia do Direito ao Processo Justo	149
Art. 2.º	149
1. <i>Nemo Iudex Sine Actore. Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	149
2. Impulso Oficial	150
Art. 3.º	150
1. Direito à Tutela Adequada e Efetiva.....	150
2. Direito à Tutela Adequada	151
3. Direito à Tutela Efetiva.....	151
4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>).....	152

5. Arbitragem	152
6. Solução Consensual	153
Art. 4.º	153
1. Direito à Tutela Tempestiva	153
2. Tutela Tempestiva	154
3. Tempo Justo	154
4. Direito à Reparação	155
5. Economia Processual	155
Art. 5.º	155
1. Boa-fé	155
2. Boa-fé Objetiva	156
3. Ausência de Boa-fé	156
4. Qualquer Forma	156
5. Litigância Predatória e Assédio Processual	156
Art. 6.º	157
1. Colaboração	157
2. Como Modelo. Comunidade de Trabalho	157
3. Pressupostos Culturais do Modelo	158
4. Como Princípio	158
5. Deveres Cooperativos	159
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho	160
7. Precedente STJ	160
Art. 7.º	163
1. Direito à Igualdade no Processo Civil	163
2. Igualdade Perante a Legislação	164
3. Igualdade na Legislação	164
4. Igualdade no Processo e Igualdade pelo Processo	164
5. Paridade de Tratamento e Efetivo Contraditório	165
Art. 8.º	165
1. Ordenamento Jurídico	165
2. Fins sociais e Bem Comum	165
3. Dignidade da Pessoa Humana	165
4. Legalidade	166
5. Proporcionalidade e Razoabilidade	166
6. Razoabilidade e Equidade	166
7. Publicidade	167
8. Eficiência	167
Art. 9.º	167
1. Contraditório	167
2. Bilateralidade da Instância	167
3. Direito de Influência	168
4. Prévio, Diferido ou Eventual	168
5. Prévio	169
6. Exceções	169
Art. 10.	169
1. Vedação à Decisão-surpresa	169
2. <i>Iura Novit Curia</i>	170

3. <i>Da Mihi Factum, Dado Tibi Ius.da mihi factum, dado tibi ius</i>	170
4. Precedente do STJ	170
Art. 11	173
1. Fundamentação	173
2. Publicidade	173
3. Administração democrática da justiça civil.....	173
Art. 12	174
1. Ordem preferencialmente cronológica	174
2. Listas	174
3. Fora da ordem	175
4. Exceções	175
5. Primeiro lugar na lista	175

Capítulo II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	175
1. Normas brasileiras	175
Art. 14	176
1. Direito Intertemporal	176
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	176
3. Isolamento dos Atos Processuais.....	177
4. Enunciados Administrativos do STJ sobre Direito Intertemporal	177
Art. 15	177
1. Supletiva e subsidiariamente	177

LIVRO II

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

TÍTULO I

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

Art. 16	180
1. Jurisdição.....	180
2. Jurisdição civil.....	180
3. Unidade da jurisdição.....	180
4. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	180
5. Jurisdição e território nacional.....	180
6. Jurisdição, tutela jurisdicional e tutela jurisdicional dos direitos	181
7. Equivalentes jurisdicionais.....	181
8. Jurisdição e arbitragem.....	181
Art. 17	182
1. Ação como direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva mediante processo justo	182
2. Interesse e legitimidade.....	182
3. Aferição da existência de interesse e de legitimidade	182
Art. 18	183
1. Substituição processual	183

2. Excepcionalidade	183
3. Poderes	183
4. Assistente litisconsorcial	183
5. Coisa julgada	183
6. Substituição processual, cooperativa e ato cooperativo	184
Art. 19.....	184
1. Ação declaratória	184
2. Interesse do autor	184
3. Interesse de agir e eficiência administrativa	184
4. Existência, inexistência ou modo de ser de relação jurídica	185
5. Autenticidade ou falsidade de documento	185
6. Ação declaratória e título executivo	185
7. Demais ações declaratórias.....	185
Art. 20.....	185
1. Ação declaratória e violação do direito	185

TÍTULO II DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo I DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Jurisdição e Competência.....	186
2. Limites da Jurisdição Nacional.....	186
3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva	186
Art. 21.....	186
1. Competência Internacional Concorrente.....	186
Art. 22.....	187
1. Alimentos internacionais	187
2. Relações de consumo internacionais.....	187
3. Cláusula de eleição de foro internacional.....	188
Art. 23.....	188
1. Competência Internacional Exclusiva.....	188
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira	188
3. Cláusula de eleição de foro internacional.....	188
Art. 24.....	189
1. Ineficácia da Litispendência Estrangeira.....	189
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira.....	189
3. Pendência de processo no Brasil	189
Art. 25.....	189
1. Cláusula de eleição de foro internacional.....	190
2. Requisitos da Cláusula perante o Direito Brasileiro.....	190
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	190
4. <i>Forum shopping</i>	190
5. Mercosul.....	190

Capítulo II DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 26	190
1. Cooperação internacional e tratados	191
2. Autoridade central	191
Art. 27	191
1. Objeto da cooperação internacional	191

Seção II Do Auxílio Direto

Art. 28	191
1. Auxílio direto	191
2. Auxílio direto ativo	192
3. Auxílio direto passivo	192
4. Desnecessidade de deliberação	192
Art. 29	192
1. Autoridade central	192
Art. 30	192
1. Matéria de auxílio direto	192
Art. 31	192
1. Dispensa de intermediação diplomática	193
Art. 32	193
1. Atos não jurisdicionais	193
Art. 33	193
1. Intervenção do órgão de atuação jurídica	193
Art. 34	193
1. Auxílio direto de conteúdo jurisdicional	193

Seção III Da Carta Rogatória

Art. 35 (Vetado)	193
Art. 36	193
1. Carta rogatória	194
2. Decisões finais	194
3. <i>Exequatur</i>	194
4. Pedidos de urgência	194

Seção IV Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37	194
1. Tramitação	194

Art. 38	194
1. Formalização	195
Art. 39	195
1. Recusa	195
Art. 40	195
1. Procedimento para homologação de sentença estrangeira e para <i>exequatur</i> a carta rogatória	195
Art. 41	195
1. Autenticação de documentos	195
2. Reciprocidade	195

TÍTULO III DA COMPETÊNCIA INTERNA

Capítulo I DA COMPETÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência	196
2. Competência Absoluta e Competência Relativa.....	196
Art. 42	196
1. Causas Cíveis.....	196
2. Juízo Arbitral.....	196
Art. 43	197
1. Perpetuação da Competência	197
2. Incompetência Superveniente.....	197
3. Outras Exceções	198
Art. 44	198
1. Fontes para Determinação de Competência.....	198
2. Competência em Razão do Valor	198
3. Competência em Razão da Matéria	198
4. Competência em Razão da Pessoa.....	199
5. Critério Funcional para Determinação de Competência.....	199
Art. 45	199
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria	199
2. Jurisdição voluntária	200
3. Remessa dos autos entre Justiça Estadual e Federal	200
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal.....	200
5. Intervenção da União depois da apelação	200
6. Anulação de Multa Eleitoral	201
7. Acidente de Trabalho.....	201
8. Greve e ação possessória.....	201
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas	201
10. Juízo da Recuperação Judicial e Constrição de Bens	201
11. Intervenção anômala.....	201

Art. 46.....	201
1. Critério Territorial para Determinação de Competência	202
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	202
3. Execução fiscal.....	202
Art. 47.....	202
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	202
Art. 48.....	203
1. Foro do Autor da Herança.....	203
2. Foros Subsidiários.....	203
Art. 49.....	203
1. Foro do Ausente.....	203
Art. 50.....	204
1. Foro do Incapaz	204
Art. 51.....	204
1. Foro da União	204
2. Usucapião	204
3. Justificação judicial	204
4. Sociedades de Economia Mista Federal	204
5. FGTS	205
6. Reintegração de servidor federal	205
7. Fundação Habitacional do Exército	205
8. RFFSA	205
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral	205
10. Seguro Marítimo	205
11. COBAL e CIBRAZEM	205
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo	205
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social	205
14. Natureza constitucional	205
15. Demandas por medicamentos.....	205
Art. 52.....	208
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal.....	208
Art. 53.....	208
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável	209
2. Foro do Alimentando.....	209
3. Foro do Lugar.....	210
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato.....	210
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	210

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência	210
Art. 54.....	211
1. Competências Modificáveis pela Conexão.....	211
Art. 55.....	211
1. Conexão.....	211

2. Classificação da Conexão	211
3. Faculdade Judicial	211
4. Julgamento de uma das ações conexas.....	212
5. Reunião de processo de execução e processo de conhecimento.....	212
Art. 56.....	212
1. Continência	212
Art. 57.....	212
1. Reunião das Causas.....	212
2. Obrigatoriedade	212
Art. 58.....	212
1. Prevenção	212
2. Prevenção e produção antecipada de prova	213
Art. 59.....	213
1. Momento da prevenção.....	213
2. Prevenção e juízo incompetente	213
Art. 60.....	213
1. Imóvel Situado em Mais de um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária.....	213
Art. 61.....	213
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade	213
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação	213
Art. 62.....	214
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes.....	214
Art. 63.....	214
1. <i>Forum Electionis e Forum Contractus</i>	214
2. Forma e Pertinência do Foro de Eleição	214
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição	215
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro	215
5. Prática Abusiva	215

Seção III Da Incompetência

Art. 64.....	215
1. Incompetência Relativa.....	216
2. Incompetência Absoluta	216
3. Procedimento	216
4. Recurso	216
5. Decisões do juízo incompetente	217
Art. 65.....	217
1. Prorrogação de Competência	217
2. Legitimidade para arguir a incompetência	217
Art. 66.....	217
1. Conflito de Competência	217
2. Objeto do Conflito de Competência.....	218

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	218
1. Dever de Cooperação.....	218
2. Cooperação e arbitragem.....	218
Art. 68	219
1. Cooperação e atos processuais.....	219
Art. 69	219
1. Cooperação e forma.....	219
2. Cooperação judicial e solicitação de tribunal arbitral.....	219
3. Atos concertados.....	219
4. Cooperação judicial e recuperação judicial.....	220

LIVRO III DOS SUJEITOS DO PROCESSO

TÍTULO I DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Conceito de Parte.....	222
2. Conceito de Procurador.....	222

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1. Capacidade Processual.....	222
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito.....	222
Art. 70	223
1. Capacidade para Estar em Juízo.....	223
Art. 71	223
1. Representação e Assistência dos Incapazes.....	224
2. Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça.....	224
3. Poder Familiar.....	224
4. Tutores.....	224
5. Curadores.....	224
6. Tomada de Decisão Processual Apoiada.....	224
7. Intervenção do Ministério Público.....	224
Art. 72	225
1. Curador Especial.....	225
2. Curador Especial e Incapazes.....	225
3. Curador Especial, Prisão e Revelia.....	225
4. Poderes do Curador Especial.....	225
5. Curador Especial e Defensoria Pública.....	226
6. Curador Especial e Ministério Público.....	226
Art. 73	226
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes.....	226
2. Capacidade para estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes.....	227
3. Capacidade para estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possessórias.....	227

4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente	227
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária	228
Art. 74.	228
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge.....	228
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	228
Art. 75.	228
1. Apresentação e Representação	229
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	229
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	230
4. Representação dos Entes Despersonalizados	230
Art. 76.	231
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar.....	231
2. Consequências da Não Sanação do Defeito.....	231
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal.....	232

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo.....	232
---	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77.	232
1. Proibidade Processual	233
2. Dever de Veracidade	234
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé.....	234
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação	234
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	234
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais	235
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço	235
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal	235
9. Dever de Informação e Atualização de Dados Cadastrais	235
10. Violação aos deveres.....	235
11. Atos Atentatórios ao Exercício da Jurisdição.....	236
12. Ato Atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais.....	236
13. Sanções do Atentado	236
Art. 78.	237
1. Expressões Ofensivas	237
2. Sanções Criminais	237
3. Sanções Cíveis para o Advogado.....	237

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79.	238
1. Responsabilidade por Dano Processual	238
Art. 80.	238
1. Rol Exemplificativo	238
2. Alegações Desprovidas de Fundamentação	239

3. Alteração da Verdade dos Fatos.....	239
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal.....	239
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo.....	239
6. Condução Temerária da Causa.....	239
7. Incidentes Manifestamente Infundados.....	239
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	240
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária.....	240
Art. 81.....	240
1. Consequências da Má-fé no Processo.....	240
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé.....	240
3. Valor da Indenização.....	241

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82.....	241
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais.....	241
2. Despesas Processuais.....	241
3. Justiça Gratuita.....	242
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais.....	242
5. Condenação nas Despesas Processuais.....	242
6. Princípio da Causalidade.....	243
7. Ministério Público e Despesas Processuais.....	243
8. Advogado e Despesas Processuais.....	243
Art. 83.....	244
1. <i>Cautio pro Expensis</i>	244
2. Constitucionalidade.....	244
3. Demandante.....	244
4. Qualquer Espécie de Ação.....	245
5. Momento.....	245
6. Benefício da Gratuidade.....	245
7. Dispensa de Caução às Despesas.....	245
8. Reforço de Caução.....	245
9. Caução Espontânea e Caução Forçada.....	245
10. Caução Real e Caução Fidejussória.....	246
Art. 84.....	246
1. Despesas processuais.....	246
Art. 85.....	246
1. Honorários Advocatícios.....	248
2. Fixação da Verba Honorária.....	248
3. Honorários e Fazenda Pública.....	249
4. Honorários a Favor dos Advogados Públicos.....	249
5. Honorários e Defensoria Pública.....	250
6. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução.....	251
7. Apreciação Equitativa do Juiz.....	251
8. Honorários e Embargos de Terceiros.....	251
9. Honorários Recursais.....	251
10. Honorários e Cessão de Crédito.....	252
11. Honorários e Astreintes.....	252
12. Honorários, Ação Rescisória e Repetibilidade.....	252

Art. 86.....	253
1. Sucumbência Parcial	253
2. Sucumbência Mínima.....	253
Art. 87.....	253
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais	253
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial.....	253
Art. 88.....	253
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais.....	254
Art. 89.....	254
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais	254
Art. 90.....	254
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais.....	254
2. Transação e Despesas Processuais	255
Art. 91.....	255
1. Ministério Público e Despesas Processuais.....	255
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais.....	255
Art. 92.....	256
1. Abandono de Causa e Despesas Processuais.....	256
Art. 93.....	256
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais.....	256
2. Justo Motivo	256
Art. 94.....	256
1. Assistência e Despesas Processuais.....	256
Art. 95.....	257
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos	257
2. Honorários periciais e Ministério Público	257
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça.....	258
Art. 96.....	258
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários	258
Art. 97.....	258
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário	258

Seção IV

Da Gratuidade da Justiça

1. Assistência judiciária gratuita.....	258
Art. 98.....	258
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça	259
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita.....	259
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça	260
4. Modulação da Gratuidade da Justiça.....	260
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça.....	260
Art. 99.....	260
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural.....	260
2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	261

3. Duração do Benefício	261
4. Irretroatividade do benefício	261
5. Concessão tácita.....	261
6. Pessoalidade do Benefício	261
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	261
Art. 100	262
1. Impugnação ao benefício	262
Art. 101	262
1. Gratuidade da Justiça e Recurso	262
2. Suspensividade do recurso.....	262
Art. 102	263
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas.....	263

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	263
1. Representação da Parte em Juízo.....	263
2. Advocacia em Causa Própria.....	263
Art. 104	263
1. Capacidade Postulatória e Procuração	264
2. Postulação sem Procuração	264
Art. 105	264
1. Procuração e Poderes.....	264
2. Procuração e Assinatura Digital	265
3. Requisitos da Procuração	265
Art. 106	265
1. Ônus do Advogado	265
2. Endereço a ser indicado	265
Art. 107	265
1. Direitos do Advogado	266

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual	266
Art. 108	267
1. Estabilidade Subjetiva do Processo	267
Art. 109	267
1. Alienação da Coisa Litigiosa.....	267
2. Legitimidade para Causa	267
3. Eficácia da Sentença	268
Art. 110	268
1. Sucessão Processual Necessária	268
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos	268
Art. 111	268
1. Sucessão de Patronos	269

Art. 112	269
1. Denúncia do Mandato	269

TÍTULO II DO LITISCONSÓRCIO

1. Litisconsórcio	270
2. Classificação do Litisconsórcio	270
Art. 113	270
1. Fontes do Litisconsórcio	270
2. Litisconsórcio Facultativo	271
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário	271
Art. 114	272
1. Litisconsórcio Necessário	272
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário	272
Art. 115	273
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário	273
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória	273
Art. 116	273
1. Litisconsórcio Unitário	274
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por um Litisconsorte	274
Art. 117	274
1. Regimes do Litisconsórcio	274
2. Regime Comum	274
3. Regime Especial	274
Art. 118	275
1. Condução do Processo	275

TÍTULO III DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Partes e Terceiros	276
2. Intervenção de Terceiros	276
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada	276

Capítulo I DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência	276
----------------------	-----

Seção I Disposições Comuns

Art. 119	276
1. Requisitos	276
2. Estado do Processo	277
Art. 120	277
1. Admissão do Assistente Simples	277

Seção II Da Assistência Simples

Art. 121	278
1. Assistência Simples.....	278
2. Poderes e Ônus do Assistente Simples	278
3. Revelia do Assistido	279
Art. 122	279
1. Subordinação do Assistente Simples	279
Art. 123	279
1. Eficácia da Assistência Simples	279
2. <i>Exceptio Male Gesti Processus</i>	280

Seção III Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	280
1. Assistência “Litisconsorcial”	280

Capítulo II DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

Art. 125	280
1. Denúnciação da Lide	281
2. Obrigatoriedade da Denúnciação	281
3. Litisdenúnciação pelo Demandante e pelo Demandado	281
4. Hipóteses de Denúnciação	281
5. Cabimento da Denúnciação	281
6. Litisdenúnciação Sucessiva	282
7. Denúnciação da Lide <i>Per Saltum</i>	282
Art. 126	282
1. Momento Oportuno para Denúnciação	282
2. Controle de Ofício	282
3. Prazo para a Convocação do Denunciado	283
Art. 127	283
1. Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado	283
Art. 128	283
1. Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado	284
2. Condenação do Denunciado	284
Art. 129	284
1. Decisão Simultânea	284
2. Despesas Processuais	284

Capítulo III DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	285
1. Chamamento ao Processo	285
2. Hipóteses	285
3. Cabimento	285

Art. 131	286
1. Momento Oportuno para o Chamamento	286
2. Controle de Ofício	286
3. Citação do Chamado	286
Art. 132	286
1. Eficácia da Decisão	286

Capítulo IV DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	287
1. Autonomia da Pessoa Jurídica	287
2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	287
3. Desconsideração Inversa	287
4. Pressupostos. Direito Civil	287
5. Pressupostos. Direito do Consumidor	288
6. Pressupostos. Direito Econômico	288
7. Pressupostos. Direito do Trabalho	288
8. Pressupostos. Direito Tributário	288
9. Desconsideração como “Regra de Exceção”	289
10. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	289
Art. 134	289
1. Cabimento do incidente	289
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial	289
3. Desconsideração Requerida em outro Momento	290
Art. 135	290
1. Contraditório	290
Art. 136	290
1. Decisão e Recurso	290
Art. 137	290
1. Fraude de execução	290

Capítulo V DO AMICUS CURIAE

Art. 138	291
1. <i>Amicus Curiae</i>	291
2. Representatividade Adequada	291
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	291
4. Extensão dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	292

TÍTULO IV DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo I DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	293
1. Direção do Processo	293

2. Deveres na Direção do Processo	294
3. Técnica Executiva Atípica	294
4. STJ. “Subsidiariedade”	294
5. Flexibilização Procedimental	294
6. Colheita do Interrogatório Livre	295
7. Dever de Saneamento	295
8. Outros Deveres na Direção do Processo	295
Art. 140	295
1. Dever de Decidir	296
2. Julgamento do Caso	296
3. Equidade	296
Art. 141	296
1. Princípio da Demanda	296
2. Mérito Processual	297
3. Questões Conhecíveis de Ofício	297
4. Quebra da Congruência entre Pedido e Tutela Jurisdicional	297
Art. 142	297
1. Uso Ilegal do Processo	297
2. Circunstâncias da Causa	297
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	297
Art. 143	298
1. Responsabilidade Civil do Juiz	298
2. Notificação ao Juiz	298

Capítulo II

DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	298
Art. 144	298
1. Impedimentos	299
2. Hipóteses	299
3. Alegação de Impedimento	300
Art. 145	300
1. Suspeições	301
2. Hipóteses	301
3. Alegação de Suspeição	302
4. Suspeição por Motivo Superveniente	302
Art. 146	302
1. Alegação de Impedimento	303
2. Alegação de Suspeição	303
3. Legitimidade	303
4. Prazo	303
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição	303
6. Juiz do Processo	304
7. Suspensão	304
Art. 147	304
1. Impedimento no Tribunal	304
Art. 148	305
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições	305

2. Perito e Intérprete	305
3. Procedimento	305
4. Procedimento nos Tribunais.....	305
5. Impedimento e Suspeição da Testemunha.....	305

Capítulo III DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	306
1. Auxiliares do Juízo	306

Seção I Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 150	306
1. Ofícios da Justiça	306
Art. 151	306
1. Número de oficiais de justiça.....	306
Art. 152	306
1. Atribuições do Escrivão de Justiça.....	307
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato	307
Art. 153	307
1. Ordem Preferencialmente Cronológica de Publicação e Efetivação de Atos Judiciais.....	308
Art. 154	308
1. Atribuições do Oficial de Justiça	308
Art. 155	308
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial.....	309

Seção II Do Perito

Art. 156	309
1. Perito	309
2. Escolha do Perito	309
3. Escolha do Especialista.....	310
Art. 157	310
1. Dever e Escusa do Perito.....	310
2. Apresentação da Escusa	310
3. Lista de Peritos	310
4. Dever e Escusa do Especialista.....	310
Art. 158	310
1. Responsabilidade do Perito	311

Seção III Do Depositário e do Administrador

Art. 159	311
1. Depositário e Administrador	311

Art. 160	311
1. Remuneração	311
2. Preposto	312
Art. 161	312
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	312

Seção IV Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	312
1. Intérprete e Tradutor	312
2. Atribuições	313
Art. 163	313
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	313
Art. 164	313
1. Dever e Escusa	313
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor	313

Seção V Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 165	314
1. Conciliação	314
2. Mediação	314
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	314
Art. 166	314
1. Princípios da Conciliação e da Mediação	315
2. Procedimento	315
Art. 167	315
1. Quadro de Conciliadores e Mediadores	316
2. Capacitação e reciclagem	316
Art. 168	316
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador	316
Art. 169	317
1. Remuneração	317
2. Trabalho Voluntário	317
Art. 170	317
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador	317
2. Arguição de impedimento e suspeição	317
Art. 171	318
1. Impossibilidade temporária	318
Art. 172	318
1. Vedação de atuação parcial	318
Art. 173	318
1. Exclusão do cadastro	318

Art. 174	318
1. Mediação e Conciliação Públicas	319
Art. 175	319
1. Outras Formas de Autocomposição	319
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	319

TÍTULO V DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 176	320
1. Papel Constitucional do Ministério Público	320
2. Ministério Público e Ações Individuais	320
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	320
Art. 177	320
1. Ministério Público como Parte	321
2. Prerrogativas do Ministério Público	321
3. Litisconsórcio entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual	321
Art. 178	321
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	321
2. Ministério Público e Interesse Público Primário	321
Art. 179	322
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	322
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual	322
Art. 180	323
1. Prazo em Dobro	323
2. Interesse Público e não Intervenção no Prazo Legal	323
Art. 181	323
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público	323

TÍTULO VI DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 182	324
1. Advocacia Pública	324
Art. 183	324
1. Prazo e Intimação Pessoal	324
Art. 184	324
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público	324

TÍTULO VII DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 185	325
1. Função Constitucional da Defensoria Pública	325
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais	325

Art. 186	325
1. Prazo e Intimação Pessoal	325
Art. 187	326
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público.....	326

LIVRO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Atos processuais.....	327
--------------------------	-----

TÍTULO I

DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Forma	328
2. Tempo	328
3. Lugar	328

Capítulo I

DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I

Dos Atos em Geral

Art. 188	328
1. Instrumentalidade das Formas	328
2. <i>Fac-símile</i>	329
Art. 189	329
1. Publicidade	329
2. Segredo de justiça	329
Art. 190	330
1. Acordos processuais	330
2. Objeto	331
3. Controle	331
Art. 191	331
1. Calendário Processual.....	331
2. Violação.....	331
3. Modificação.....	332
Art. 192	332
1. Língua Portuguesa	332
2. Documento Redigido em Língua Estrangeira.....	332
3. Tradutor Juramentado	332

Seção II

Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	333
1. Prática Eletrônica	333
2. Processo Eletrônico	333
Art. 194	333
1. Processo Justo	333

Art. 195	333
1. Registro	333
Art. 196	334
1. Poder Regulamentar	334
Art. 197	334
1. Presunção de Veracidade e Proteção da Confiança	334
2. Justa Causa	334
Art. 198	334
1. Infraestrutura.....	335
Art. 199	335
1. Acessibilidade	335

Seção III Dos Atos das Partes

Art. 200	335
1. Eficácia Imediata dos Atos Processuais	335
Art. 201	335
1. Recibo	336
Art. 202	336
1. Cotas Marginais ou Interlineares	336

Seção IV Dos Pronunciamentos do Juiz

Art. 203	336
1. Pronunciamentos do Juiz	336
2. Sentenças.....	336
3. Decisões Interlocutórias.....	337
4. Despachos	337
Art. 204	337
1. Acórdãos.....	337
2. Decisões Monocráticas	337
Art. 205	338
1. Autenticidade	338
2. Assinatura Eletrônica.....	338
3. Publicação	338

Seção V Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

Art. 206	338
1. Recebimento da inicial.....	338
2. Autos adicionais e sobreautuação	338
Art. 207	338
1. Numeração e Rubrica.....	339
2. Faculdade.....	339

Art. 208	339
1. Forma Simplificada.....	339
2. Responsabilidade do Serventuário	339
Art. 209	339
1. Autenticidade	340
2. Forma Digital	340
Art. 210	340
1. Taquigrafia, Estenotipia e Outros	340
Art. 211	340
1. Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	340

Capítulo II DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I Do Tempo

Art. 212	341
1. Tempo	341
2. Conclusão	341
3. Citações, Intimações e Penhoras	341
4. Horário Forense e Horário Bancário	341
Art. 213	342
1. Horário Eletrônico	342
Art. 214	342
1. Férias Forenses e Feriados	342
2. Atos Processuais em Feriados.....	342
Art. 215	342
1. Tramitação Ininterrupta.....	343
Art. 216	343
1. Dias Feriados	343

Seção II Do Lugar

Art. 217	343
1. Lugar.....	343

Capítulo III DOS PRAZOS

Seção I Disposições Gerais

1. Prazos	344
2. Classificação	344
3. Alterabilidade	344
4. Fluência e Contagem	344

Art. 218	344
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais	344
2. Espera.....	345
3. Dupla Omissão.....	345
4. Tempestividade.....	345
Art. 219	345
1. Contagem Dias Úteis.....	345
2. Suspensão e Interrupção	345
Art. 220	345
1. Recesso Forense.....	345
Art. 221	346
1. Obstáculo	346
2. Suspensão do Processo	346
3. Autocomposição.....	346
4. Restituição.....	346
Art. 222	346
1. Prorrogação	346
2. Redução.....	347
Art. 223	347
1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios.....	347
2. Preclusão	347
3. Direito de Praticar ou Emendar	347
4. Justa causa.....	347
5. Procedimento	348
Art. 224	348
1. Contagem.....	348
2. Métodos	349
Art. 225	349
1. Renúncia.....	349
Art. 226	349
1. Prazos para o Juiz	349
Art. 227	349
1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	349
2. Motivo Justificado	350
Art. 228	350
1. Prazos para o Servidor.....	350
Art. 229	350
1. Litisconsórcio	350
2. Processo Eletrônico	350
Art. 230	351
1. Fluência do Prazo	351
Art. 231	351
1. Fluência de Prazo.....	351

2. Correio	352
3. Oficial de Justiça	352
4. Escrivão ou Chefe de Secretaria	352
5. Edital.....	352
6. Eletrônica	352
7. Carta.....	352
8. Diário da Justiça Impresso ou Eletrônico	352
9. Carga.....	352
10. Mensagem Eletrônica.....	352
11. Pluralidade de Réus e Citação	352
12. Pluralidade de Partes e Intimação	352
13. Ato pessoal da Parte	352
14. Portal Eletrônico.....	353
Art. 232	353
1. Imediatamente Informada	353

Seção II

Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

Art. 233	353
1. Verificação dos Prazos.....	353
2. Processo Administrativo	353
Art. 234	354
1. Restituição dos Autos	354
Art. 235	354
1. Excesso de Prazo pelo Juiz	354

TÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	356
1. Cumprimento dos Atos Processuais.....	356
2. Videoconferência.....	356
Art. 237	356
1. Expedição de Cartas	356
2. Carta de Ordem.....	357
3. Carta Rogatória	357
4. Carta Precatória.....	357
5. Carta Arbitral	357
6. Inexistência de Juízo Federal	357

Capítulo II

DA CITAÇÃO

Art. 238	357
1. Citação	358
2. Prazo	358

3. Audiência	358
4. Defesa.....	358
5. Atitudes.....	358
Art. 239	359
1. Validade do Processo.....	359
2. Inexistência.....	359
3. Invalidade.....	359
4. Rejeição	359
Art. 240	360
1. Efeitos	360
2. Litispendência	360
3. Litigiosidade da Coisa	360
4. Constituição em Mora	360
5. Interrupção da Prescrição.....	361
6. Dinâmica da Citação	361
7. Demais Prazos Extintivos	361
Art. 241	362
1. Comunicação.....	362
Art. 242	362
1. Pessoaalidade e Pessoa Física	362
2. Pessoaalidade e Pessoa Jurídica	362
3. Réu Ausente	362
4. Réu Locador Ausente	363
5. Fazenda Pública.....	363
Art. 243	363
1. Lugar da Citação.....	363
2. Citação do Militar.....	363
Art. 244	363
1. Vedação à Citação	364
Art. 245	364
1. Réu Mentalmente Incapaz ou Impossibilitado.....	364
2. Procedimento	364
Art. 246	364
1. Modalidades	365
2. Meio Eletrônico.....	366
3. Cadastro Eletrônico.....	366
4. Usucapião	366
Art. 247	366
1. Meio Eletrônico e Correio	367
2. Exceções	367
Art. 248	367
1. Procedimento	368
2. Recebimento.....	368
Art. 249	368
1. Oficial de Justiça	368

Art. 250	368
1. Mandado	369
Art. 251	369
1. Procedimento	369
Art. 252	370
1. Hora certa	370
2. Procura do Citando	370
3. Suspeita de Ocultação	370
4. Pessoa Intimada	370
5. Dia Útil Imediato	371
Art. 253	371
1. Efetivação	371
2. Ultimação	371
3. Revelia	371
Art. 254	372
1. Comunicação	372
Art. 255	372
1. Contíguas	372
Art. 256	372
1. Edital	372
2. Desconhecido ou Incerto	373
3. Ignorado, Incerto ou Inacessível	373
4. Dever de Auxílio	373
5. Outros Casos	373
6. Divulgação	373
7. Revelia	374
Art. 257	374
1. Pressupostos	374
2. Requisitos	374
3. Procedimento	374
4. Prazo de Espera e Prazo de Resposta	375
Art. 258	375
1. Alegação Dolosa	375
Art. 259	375
1. Editais necessários	375

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	376
1. Requisitos Essenciais	376
2. Requisitos Eventuais	376
3. Carta Arbitral	376
Art. 261	376
1. Cumprimento	377
2. Diligência	377

Art. 262	377
1. Itinerante	377
Art. 263	377
1. Meio Eletrônico	377
2. Outros Meios	378
Art. 264	378
1. Resumo Substancial	378
Art. 265	378
1. Telefone	378
Art. 266	378
1. De Ofício	378
Art. 267	379
1. Recusa	379
2. Requisitos	379
3. Incompetência Absoluta	379
4. Autenticidade	380
5. Irresignação em Face do Ato Praticado	380
6. Decisão Fundamentada	380
Art. 268	380
1. Devolução	380

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	380
1. Intimação	380
2. Modalidades	381
Art. 270	381
1. Meio Eletrônico	381
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública	381
Art. 271	381
1. De Ofício	381
Art. 272	382
1. Publicação	382
2. Indicação Específica	383
3. Carga dos Autos	383
4. Preposto	383
5. Invalidade ou Ineficácia	383
Art. 273	383
1. Escrivão ou Chefe de Secretaria	383
Art. 274	384
1. Correio, Cartório ou Secretaria	384
2. Endereço	384

Art. 275	384
1. Oficial de Justiça	384
2. Certidão	384
3. Hora certa	384
4. Edital	385

TÍTULO III DAS NULDADES

1. Forma e Invalidade	386
2. Invalidades Processuais	386
3. Teorias sobre Invalidades Processuais	386
4. Invalidades Processuais e Colaboração	386
Art. 276	387
1. Proibição do <i>Venire contra Factum Proprium</i>	387
Art. 277	387
1. Finalidade	387
Art. 278	387
1. Alegação	387
2. “Nulidade de Algibeira”	388
Art. 279	388
1. Ministério Público	388
2. Alcance	389
Art. 280	389
1. Citações e intimações	389
Art. 281	389
1. Projeção	389
2. Decorrente	389
3. Parcial	389
4. Redução Eficacial	390
Art. 282	390
1. Extensão e Providências	390
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	390
3. Mérito	390
Art. 283	390
1. Erro de Forma	390
2. Atos Necessários	391
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	391

TÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

Art. 284	392
1. Registro	392
2. Distribuição	392
3. Critérios	392

Art. 285	392
1. Alternada.....	392
Art. 286	392
1. Dependência.....	393
2. Prevenção e Reiteração da Demanda.....	393
3. Anotação	393
Art. 287	393
1. Procuração	394
2. Dispensa	394
Art. 288	394
1. Distribuidor.....	394
2. Juiz	394
Art. 289	394
1. Fiscalização.....	394
Art. 290	395
1. Cancelamento.....	395

TÍTULO V DO VALOR DA CAUSA

1. Valor da Causa	396
2. Relevância.....	396
3. Fixação	396
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício	396
Art. 291	396
1. Valor Certo	396
2. Pedido Genérico	396
3. Ausência	397
Art. 292	397
1. Fixação Legal.....	397
2. Tutela Ressarcitória.....	397
3. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação, Resolução, Resilição ou Rescisão de Negócio Jurídico	398
4. Alimentos	398
5. Divisão, Demarcação e Reivindicação	398
6. Tutela Reparatória	398
7. Cumulação	398
8. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva.....	399
9. Cumulação Alternativa	399
10. Pedido Alternativo.....	399
11. Vencidas e Vincendas.....	399
12. De Ofício.....	399
13. Casuística	399
Art. 293	400
1. Preliminar de Contestação	400

LIVRO V DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294	402
1. Do Processo Cautelar à Parte Geral	402
2. Dos Provimentos Cautelares à Técnica Antecipatória	402
3. Técnica Antecipatória e Tutela dos Direitos	402
4. Tutelas Provisórias	403
5. Antecedente ou Incidental	403
6. Requerimento da Parte	403
7. Recurso Cabível	403
8. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Tutela Provisória	404
9. Fungibilidade	405
Art. 295	405
1. Despesas Processuais	405
Art. 296	405
1. Provisoriedade	405
2. Identidade Parcial ou Total	406
3. Referibilidade da Tutela Cautelar à Tutela Satisfativa	406
4. Revogação, Modificação e Novo Pedido	406
5. Suspensão	406
Art. 297	406
1. Técnica Executiva: da Rigidez à Maleabilidade	406
2. Adequação da Técnica Executiva para Efetivação da Tutela	407
Art. 298	407
1. Fundamentação	408
2. Claro e Preciso	408
Art. 299	408
1. Competência	408
2. Competência nos Recursos	408
3. Disposição Especial	408

TÍTULO II DA TUTELA DE URGÊNCIA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300	409
1. Tutela de Urgência	409
2. Atipicidade	409
3. Probabilidade do Direito	409
4. Probabilidade do Direito e Fatos de Causa	409
5. Probabilidade do Direito e Direito Invocado	410
6. Perigo na Demora	410

7. Caução.....	411
8. Momento.....	411
9. Irreversibilidade	411
Art. 301	411
1. Tutela cautelar	411
Art. 302	412
1. Responsabilidade pelo dano oriundo da tutela de urgência	412
2. Liquidação	412
3. Valores recebidos em antecipação de tutela, responsabilidade objetiva e repetibilidade ...	413

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	413
1. Autonomização da antecipação da tutela.....	414
2. Urgência contemporânea	414
3. Tutela satisfativa de urgência.....	414
4. Procedimento	414
Art. 304	414
1. Estabilização da antecipação da tutela	415
2. Ônus de recorrer	415
3. Ação exauriente	415
4. Petição inicial da ação antecedente	416
5. Eficácia da decisão	416
6. Inconstitucionalidade da previsão de coisa julgada	416

Capítulo III

DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	417
1. Tutela cautelar preparatória.....	417
2. Petição inicial.....	417
3. Liminar cautelar	417
Art. 306	417
1. Contestação	418
Art. 307	418
1. Revelia.....	418
2. Procedimento comum.....	418
Art. 308	418
1. Referibilidade	418
2. Procedimento	419
Art. 309	419
1. Cessação de eficácia	419
2. Renovação do pedido	419

Art. 310	420
1. Ausência de coisa julgada sobre o direito acautelado	420
2. Prescrição ou decadência	420

TÍTULO III DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

Art. 311	421
1. Tutela da evidência	421
2. Defesa inconsistente	421
3. Precedentes	421
4. Contrato de depósito	421
5. Prova contrária	422
6. Momento	422

LIVRO VI DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 312	424
1. Formação do processo	424
2. Propositura da ação	424
3. Efeitos	424

TÍTULO II DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 313	425
1. Suspensão do processo	426
2. Hipóteses	426
3. Morte ou perda da capacidade processual da parte	426
4. Omissão no ajuizamento da ação de habilitação	427
5. Morte ou perda da capacidade processual do representante da parte	427
6. Morte ou perda da capacidade processual do procurador	427
7. Convenção das partes	427
8. Impedimento e suspeição	427
9. Demandas repetitivas	427
10. Sentença de mérito	428
11. Força maior	428
12. Tribunal marítimo	428
13. Suspensão por maternidade ou paternidade	428
Art. 314	428
1. Vedação	429
2. Urgência	429
Art. 315	429
1. Prejudicialidade externa penal	429
2. Ação penal não exercida	429

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 316	430
1. Extinção do processo.....	430
Art. 317	430
1. Dever de prevenção	430

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Processo de conhecimento e processo de execução.....	431
2. Conhecimento e execução.....	431
3. Conhecimento.....	431
4. Cumprimento de sentença.....	432

TÍTULO I DO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	433
1. Procedimento e tutela jurisdicional dos direitos.....	433
2. Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição contenciosa	433
3. Comparação	433
4. Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição voluntária.....	434
5. Comparação	434
6. Procedimento comum.....	434
7. Fases	434
8. Subsidiariedade.....	435

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319	435
1. Petição inicial.....	435
2. Juízo	436
3. Partes.....	436
4. Causa de pedir	436
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	437
6. Ônus de alegar e dever de decidir.....	437
7. Normas jurídicas e relação com o caso	438
8. Termos vagos	438
9. Princípios, regras e postulados.....	438
10. Pedido	438

11. Pedido e tutela do direito.....	439
12. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação de bens	439
13. Valor da causa	439
14. Provas	439
15. Citação	440
16. Opção pela audiência	440
Art. 320	440
1. Indispensáveis.....	440
2. Úteis	440
3. Requisição de documentos ao réu.....	440
Art. 321	441
1. Emenda	441
2. Não intimação para correção e nulidade da decisão.....	441
3. Indicação precisa.....	442
4. Indeferimento.....	442
5. Comunicação do indeferimento da petição inicial ao réu	442
Seção II	
Do Pedido	
Art. 322	442
1. Pedido certo.....	442
2. Pedidos implícitos.....	442
3. Juros e Fazenda Pública.....	443
4. Juros de mora e obrigação de dar coisa certa.....	443
5. Correção Monetária e Fazenda Pública.....	443
6. Interpretação	443
7. Cobrança de Cheque, Juros e Correção Monetária	444
Art. 323	444
1. Prestações sucessivas	444
2. Exigibilidade.....	445
3. Condenação para o futuro e pedido com função preventiva	445
4. Prestações vincendas e cumprimento de sentença.....	445
5. Valor da causa	445
Art. 324	445
1. Pedido genérico	445
2. Ações universais.....	446
3. Impossibilidade de determinação	446
4. Dependência de ato do réu	446
5. Indenização e pedido genérico	446
Art. 325	447
1. Pedido alternativo	447
2. Pedido alternativo e cumulação alternativa	447
3. Concentração.....	447
4. Valor da causa	448
Art. 326	448
1. Cumulação alternativa	448
2. Cumulação sucessiva.....	448

3. Valor da causa	448
4. Cumulação alternativa e sucumbência	449
Art. 327	449
1. Cumulação simples	449
2. Admissibilidade	449
3. Pedidos compatíveis	450
4. Juízo competente	450
5. Mesmo procedimento	450
6. Oportunidade	450
7. Valor da causa	451
8. Despesas processuais	451
9. Concorrência interior do pedido	451
Art. 328	451
1. Obrigação indivisível	451
Art. 329	452
1. Estabilidade do processo	452
2. Adição	452
3. Modificação	452
4. Correção do polo passivo antes da citação	452
5. Inexistência de alteração	453
6. Fato superveniente	453

Seção III

Do Indeferimento da Petição Inicial

Art. 330	453
1. Indeferimento	454
2. Inépcia	454
3. Ilegitimidade e interesse	454
4. Motivos formais	454
5. Momento	455
6. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação	455
Art. 331	455
1. Apelação. Indeferida a petição inicial, pode o autor apelar	455
2. Retratação	455
3. Processamento	455
4. Urgência	455

Capítulo III

DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	456
1. Improcedência liminar	456
2. Precedente e jurisprudência	457
3. Prévio diálogo	457
4. Apelação	458
5. Improcedência liminar parcial	458

Capítulo IV

DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333	458
-----------------------	-----

Capítulo V DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	458
1. Citação para audiência	459
2. Conciliador ou mediador	459
3. Princípios.....	459
4. Realização da audiência.....	460
5. Pauta de audiências	460
6. Não comparecimento	460
7. Autocomposição	460

Capítulo VI DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de defesa	461
2. Atitudes do réu	461
3. Contestação	461
Art. 335	462
1. Prazo	462
2. Prazo para a contestação e litisconsórcio passivo.....	462
3. Litisconsórcio passivo e não realização da audiência de conciliação	462
4. Prazo para a contestação e desistência da ação em relação a réu não citado	462
Art. 336	462
1. Toda a matéria de defesa	463
2. Defesas processuais e defesas materiais.....	463
3. Coerência da defesa.....	464
4. Prova.....	464
Art. 337	464
1. Ordem	465
2. Citação	465
3. Incompetência absoluta e relativa.....	465
4. Valor da causa	465
5. Inépcia.....	465
6. Perempção	466
7. Litispendência	466
8. Coisa julgada	466
9. Conexão.....	466
10. Incapacidade processual.....	466
11. Convenção de arbitragem	467
12. Ilegitimidade e interesse.....	467
13. Caução ou prestação preliminar	467
14. Benefício da gratuidade.....	467
15. De ofício	468
16. Preferência.....	468
17. Tríplice identidade.....	468
18. Relação jurídica base	468
Art. 338	469
1. Alegação de ilegitimidade	469
2. Alteração	469

Art. 339	469
1. Extromissão	470
2. Litisconsórcio	470
Art. 340	470
1. Alegação de incompetência	470
2. Suspensão da audiência	470
3. Decisão	471
Art. 341	471
1. Impugnação específica	471
2. Funções	471
3. Autor e réu	472
4. Presunção de veracidade e confissão	472
5. Litisconsórcio	472
6. Exclusões	472
7. Direitos indisponíveis	472
8. Prova substancial	472
9. Contradição em seu conjunto	473
10. Defensor público, advogado dativo e curador especial	473
11. Julgamento imediato parcial e antecipação da tutela fundada na evidência	473
Art. 342	473
1. Novas alegações	473
2. Direito ou fato supervenientes	473
3. Ciência superveniente de fato velho	474
4. De ofício	474
5. Qualquer tempo	474

Capítulo VII DA RECONVENÇÃO

Art. 343	474
1. Reconvensão	475
2. Cabimento	475
3. Condições gerais	475
4. Legitimidade	475
5. Litisconsórcio	476
6. Interesse processual	476
7. Condições específicas	476
8. Conexão	476
9. Processo pendente	477
10. Competência	477
11. Procedimento	477
12. Indeferimento	477
13. Intimação	477
14. <i>Reconventio reconventionis</i>	477
15. Revelia	478
16. Autonomia	478
17. Julgamento	478
18. Despesas processuais	478
19. Reconvensão por curador especial	478

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344	478
1. Revelia	479
2. Efeitos	479
3. Efeito material	479
4. Efeito material e igualdade substancial	479
5. Advertência	479
Art. 345	480
1. Pluralidade de réus	480
2. Direito indisponível	480
3. Prova substancial	480
4. Inverossímeis ou contraditórias com a prova	481
Art. 346	481
1. Efeito processual	481
2. Atos pessoais	481
3. Intimação do revel e cumprimento de sentença	481
4. Participação do revel	482

Capítulo IX DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências preliminares	482
2. Organização do processo	482
Art. 347	482
1. Conforme o caso	482
2. Casos	482

Seção I Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	483
1. Ineficácia material da revelia	483
2. Prova documental	483
Art. 349	483
1. Provas	483

Seção II Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	483
1. Defesa indireta de mérito	483
2. Provas	484
3. Ônus de impugnação específica	484

Seção III Das Alegações do Réu

Art. 351	484
1. Preliminares	484

Art. 352	485
1. Vícios sanáveis	485
2. Dever de prevenção	485
Art. 353	485
1. Prosseguimento	485

Capítulo X

DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento conforme o estado do processo	486
---	-----

Seção I

Da Extinção do Processo

Art. 354	486
1. Extinção do processo.....	486
2. Recurso	486

Seção II

Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355	486
1. Julgamento imediato do mérito.....	487
2. Cabimento.....	487
3. Julgamento imediato e ônus da prova	487
4. Direito à prova e julgamento imediato.....	487
5. Decisão	488

Seção III

Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Art. 356	488
1. Julgamento imediato parcial do mérito.....	489
2. Quebra do dogma da unidade e unicidade	489
3. Cabimento.....	489
4. Liquidação ou execução	489
5. Autos suplementares	489
6. Agravo de instrumento	489
7. Honorários de sucumbência.....	490

Seção IV

Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	490
1. Do despacho saneador à organização em colaboração com as partes	491
2. Saneamento compartilhado	491
3. Organização do processo.....	492
4. Por escrito.....	492
5. Em audiência.....	492
6. Consensual	493
7. Organização retrospectiva.....	493
8. Organização prospectiva	493

9. Meios de prova.....	493
10. Rol de testemunhas.....	494
11. Prova pericial.....	494
12. Ônus da prova.....	494
13. Questões de direito relevantes.....	494
14. Pautas de audiência.....	495
15. Recurso especial e saneamento.....	495

Capítulo XI

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	495
1. Início	495
2. Decisões.....	495
Art. 359	495
1. Conciliação.....	495
2. Meios alternativos de solução das controvérsias.....	495
Art. 360	496
1. Poder de polícia.....	496
2. Direção dos trabalhos.....	496
Art. 361	496
1. Ordem de produção da prova	496
2. Prova oral.....	497
3. Inobservância.....	497
Art. 362	497
1. Adiamento.....	497
2. Dispensa de prova	497
3. Indeferimento.....	498
Art. 363	498
1. Antecipação ou adiamento.....	498
Art. 364	498
1. Debates orais	498
2. Memoriais	498
Art. 365	499
1. Una e contínua.....	499
Art. 366	499
1. Prazo impróprio.....	499
2. Prolação de sentença	499
Art. 367	499
1. Termo de audiência.....	500
2. Gravação.....	500
Art. 368	500
1. Publicidade.....	500
2. Segredo de justiça	500

Capítulo XII DAS PROVAS

1.	Prova.....	500
2.	Prova e Direito Probatório	501
3.	Direito Fundamental à Prova no Processo Civil	501

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 369		501
1.	Prova e Verdade.....	501
2.	Prova Típica e Prova Atípica	501
3.	Direito das partes	501
4.	Prova Ilícita.....	501
5.	Prova ilícita e correspondência	502
6.	Prova ilícita e processo administrativo	502
7.	Prova Ilícita por Contaminação.....	502
Art. 370		503
1.	Poderes Instrutórios do Juiz	503
2.	Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias	504
3.	Oitiva de Testemunha de Ofício.....	504
4.	Poderes instrutórios do juiz e tutela coletiva	504
Art. 371		504
1.	Apreciação da Prova.....	505
2.	Modelos de Apreciação da Prova.....	505
3.	Constância dos Autos	505
4.	Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material	505
5.	Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial	506
6.	Juiz como destinatário da prova.....	506
7.	Fundamentação da decisão judicial e prova.....	506
Art. 372		506
1.	Prova emprestada.....	506
2.	Prova emprestada do processo penal.....	507
3.	Prova emprestada e processos entre as mesmas partes	507
4.	Prova emprestada e contraditório.....	507
5.	Prova emprestada e compartilhamento de provas do Poder Público.....	508
Art. 373		508
1.	Ônus da Prova.....	509
2.	Dupla Finalidade	509
3.	Como Regra de Instrução	509
4.	Como Regra de Julgamento	509
5.	Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica	509
6.	Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica.....	510
7.	Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica.....	511
8.	Inversão do Ônus da Prova.....	511
9.	Convenção sobre o Ônus da Prova	512
10.	Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo.....	512
11.	Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	513

12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais.....	513
13. Redistribuição do ônus da prova e recurso	513
14. Ônus da prova e fraude à execução.....	513
15. Ônus da prova e cerceamento de defesa	513
16. Ônus da prova e recuperação judicial.....	513
Art. 374	513
1. Independência de Prova	514
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar.....	514
3. Fato Notório	514
4. Prova da Notoriedade	515
5. Fato Confessado	515
6. Fatos Incontroversos	515
7. Presunção Legal.....	515
Art. 375	516
1. Máximas de Experiência	516
2. Regras de Experiência Comum	516
3. Regras de Experiência Técnica	516
4. Prova Pericial	516
5. Aplicação.....	516
6. Controle	517
Art. 376	517
1. Prova do Direito.....	517
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro	517
3. Direito Consuetudinário.....	517
4. Direito Internacional	518
5. Alegação de direito e admissão de recursos extraordinários.....	518
Art. 377	518
1. Carta Probatória	518
2. Suspensão do Processo	518
3. Julgamento Final	518
Art. 378	519
1. Colaboração.....	519
2. Sanção	519
3. Regras de Exclusão	519
Art. 379	520
1. Colaboração das Partes	520
2. Direito de não produzir prova contra si.....	520
3. Coerção	520
4. Consequências	521
Art. 380	521
1. Colaboração de Terceiros	521
2. Comparecer e Informar.....	521
3. Exibir.....	521
4. Consequências	522
5. Contraditório.....	522

Seção II

Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	522
1. Asseguração de Prova.....	523
2. Interesse na Asseguração de Prova	523
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova.....	523
4. Competência	524
5. Prevenção	524
6. Interrupção da Prescrição.....	524
7. Provas que podem ser colhidas antecipadamente.....	524
8. Prova Oral	524
9. Prova Pericial.....	525
10. Prova documental	525
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal.....	525
12. Honorários Advocatícios	526
13. Arrolamento	526
14. Justificação.....	526
Art. 382	526
1. Petição Inicial	527
2. Liminar	527
3. Direito de Defesa.....	527
4. Asseguração de prova sem caráter contencioso	527
5. Audiência	527
6. Asseguração de Prova Pericial	527
7. Cumulação de colheita de provas.....	528
8. Recurso.....	528
Art. 383	528
1. Certidões	528

Seção III

Da Ata Notarial

Art. 384	528
1. Ata notarial.....	529
2. Imagens e sons registrados em arquivos eletrônicos	529
3. Limites à ata notarial.....	529

Seção IV

Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte	529
Art. 385	529
1. Depoimento da Parte.....	529
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	530
3. Colheita da prova em outro foro.....	530
4. Procedimento do Depoimento da Parte	530
5. Publicidade Mediata	531
6. Confissão ficta e presunção relativa	531

Art. 386	531
1. Recusa em Depor	531
2. Motivo Justificado	532
3. Emprego de Evasivas	532
Art. 387	532
1. Pessoal e Oral	532
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	532
3. Notas Breves	533
4. Procedimento	533
Art. 388	533
1. Direito de Recusa	533
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte	534
3. Dever de Sigilo	534
4. Desonra própria ou alheia	534
5. Perigo de vida	534
6. Imprescindibilidade do Depoimento	534

Seção V Da Confissão

Art. 389	534
1. Confissão	534
2. Capacidade	535
3. Consequências	535
4. Judicial ou Extrajudicial	535
Art. 390	535
1. Confissão Judicial	535
2. Espontânea ou Provocada	536
3. Escrita ou Oral	536
4. Procurador	536
Art. 391	536
1. Confitente e Sucessores	537
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	537
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário	537
Art. 392	537
1. Direitos Indisponíveis	537
2. Incapacidade	537
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência	537
4. Extrapolação do mandato	537
Art. 393	537
1. Anulação	538
2. Causas	538
3. Anulatória	538
4. Legitimidade	538
Art. 394	538
1. Confissão Extrajudicial	538
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	538

3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral	538
4. Terceiro ou sem Direção Específica	539
5. Prova Literal	539
Art. 395	539
1. Indivisibilidade	539
2. Simples ou Complexa	539
3. Divisibilidade.....	539
4. Faculdade.....	539

Seção VI

Da Exibição de Documento ou Coisa

1. Âmbito	540
Art. 396	540
1. Exibição.....	540
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória	540
3. Busca e Apreensão	541
4. Documento ou Coisa	541
Art. 397	541
1. Pedido	541
2. Individualização.....	541
3. Categoria de documentos ou de coisas.....	541
4. Finalidade.....	541
5. Circunstâncias	542
6. Interesse na Exibição	542
Art. 398	542
1. Intimação.....	543
2. Resposta	543
3. Prova.....	543
Art. 399	543
1. Recusa	543
Art. 400	544
1. Decisão	544
2. Não Exibição	544
3. Medidas de apoio.....	545
4. Tema 1.000/STJ	545
Art. 401	545
1. Ação de Exibição	545
2. Exibição de Ofício	545
3. Decisão	546
Art. 402	546
1. Defesa.....	546
Art. 403	546
1. Recusa à Exibição	546
2. Responsabilidade Penal.....	547
3. Medidas de apoio.....	547

Art. 404	547
1. Escusas	547
2. Família.....	547
3. Honra	548
4. Perigo de Ação Penal.....	548
5. Sigilo	548
6. Motivos Graves.....	548
7. Exibição Parcial	548

Seção VII

Da Prova Documental

1. Prova Documental e Conceito de Documento	548
2. Prova Documental e Prova Documentada.....	549
3. Prova Documental e Prova Escrita	549

Subseção I

Da Força Probante dos Documentos

Art. 405	549
1. Documento Público.....	549
2. Fatos	549
Art. 406	550
1. Prova Substancial.....	550
2. Local da Realização do Ato.....	550
3. Lei ou Negócio Jurídico	550
Art. 407	550
1. Documento Público Irregular	550
2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular.....	551
3. Exigência de Prova Substancial	551
Art. 408	551
1. Documento Particular.....	551
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	551
3. Presunção	551
4. Prova da Ciência e Prova do Fato	551
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos	552
Art. 409	552
1. Data.....	552
2. Dúvida.....	552
Art. 410	553
1. Autoria e Subscrição	553
2. Autoria e Ausência de Subscrição.....	553
Art. 411	553
1. Autenticidade e Veracidade.....	553
2. Reconhecimento de Firma.....	553
3. Presunção de Autenticidade	553
4. Documento Particular Autenticado	554
5. Documento Particular Não Autenticado.....	554

6. Autenticação por outros meios	554
7. Autenticidade e não impugnação	554
Art. 412	554
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	554
2. Indivisibilidade	554
Art. 413	555
1. Transmissão de Informações	555
2. Assinatura.....	555
3. Reconhecimento de Firma.....	555
Art. 414	555
1. Conforme com o Original.....	555
2. Terceiro.....	555
Art. 415	555
1. Declaração Contrária.....	556
2. Documento Não Assinado.....	556
3. Carta e Registro Doméstico	556
4. Informalidade	556
5. Título	556
6. Conhecimento de Fatos	556
Art. 416	556
1. Nota Escrita.....	557
Art. 417	557
1. Livros Comerciais.....	557
2. Contra o seu Autor e Sucessores.....	557
3. Presunção	557
Art. 418	557
1. Livros Comerciais Regulares.....	557
2. Entre Empresários	558
3. Entre Empresário e Não Empresário	558
4. Presunção	558
Art. 419	558
1. Indivisibilidade	558
2. Divisibilidade.....	558
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis.....	558
Art. 420	559
1. Sigilo Empresarial	559
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais.....	559
3. Não Exibição	559
4. Terceiro.....	559
Art. 421	559
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais.....	560
2. Terceiro.....	560
Art. 422	560
1. Reprodução Mecânica	560
2. Cópia.....	561

3. Conformidade	561
4. Impugnação	561
5. Fotografia comum e digital	561
6. Jornal	561
7. Mensagem eletrônica (<i>e-mail</i>)	562
Art. 423	562
1. Cópia	562
2. Dúvida	562
Art. 424	562
1. Valor Probante das Cópias	562
2. Impugnação	562
3. Documentos digitalizados e extratos digitais	563
Art. 425	563
1. Mesma Eficácia	563
2. Preservação	563
3. Juntada	563
4. Cópias digitais	564
5. Reproduções digitalizadas juntadas por advogado	564
Art. 426	564
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento	564
2. Ponto Substancial	564
3. Ressalva	564
4. Alteração Maliciosa	564
Art. 427	564
1. Cessação de Eficácia	565
2. Falsidade Material	565
3. Formação de Documento Não Verdadeiro	565
4. Alteração de Documento Verdadeiro	565
Art. 428	565
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular	565
2. Assinatura	565
3. Documento em Branco	566
4. Abuso no Preenchimento	566
Art. 429	566
1. Falsidade de Documento	566
2. Impugnação de Autenticidade	566

Subseção II

Da Arguição de Falsidade

Art. 430	566
1. Declaração de Falsidade	567
2. Incidente Processual e Ação Incidental	567
3. Objeto	567
4. Cabimento	567
5. Legitimidade	568
6. Prazo	568
7. Perante o Tribunal	568
8. Preclusão	568

Art. 431	568
1. Ação Incidental.....	568
2. Petição	568
Art. 432	569
1. Intimação.....	569
2. Resposta	569
3. Prova.....	569
4. Documento Original	569
5. Concordância e Desentranhamento	569
6. Não produção da prova pericial	569
Art. 433	569
1. Decisão	570
2. Coisa Julgada	570
3. Despesas Processuais	570

Subseção III

Da Produção da Prova Documental

Art. 434	570
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis	570
2. Preclusão	571
3. Justa Causa	571
4. Poder de Terceiro	571
5. Produção da prova cinematográfica ou fonográfica.....	571
Art. 435	571
1. Documentos Novos	571
2. Outras Hipóteses.....	572
3. Preclusão	572
Art. 436	572
1. Conteúdo do Contraditório	572
Art. 437	573
1. Contraditório.....	573
2. Invalidade	573
3. Prazo para manifestação.....	573
Art. 438	573
1. Requisição	574
2. Requisitos.....	574
3. Momento.....	574
4. Descumprimento.....	574
5. Certidões e Reproduções Fotográficas	575
6. Meio Eletrônico.....	575

Seção VIII

Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	575
1. Processo convencional e conversão de documento eletrônico.....	575
2. Ausência de autenticação	575

3. Lei da Liberdade Econômica	575
Art. 440	575
1. Não conversão.....	575
Art. 441	576
1. ICP-Brasil.....	576
2. Outras leis.....	576

Seção IX Da Prova Testemunhal

Subseção I Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Art. 442	576
1. Prova Testemunhal.....	576
2. Objeto	576
3. Admissibilidade	577
4. Inadmissibilidade da prova testemunhal.....	577
Art. 443	577
1. Prova Documental ou Confissão	577
2. Prova Substancial ou Prova Pericial.....	577
3. Modo Diverso.....	577
Art. 444	578
1. Começo de Prova Escrita	578
Art. 445	578
1. Impossibilidade Material ou Moral.....	578
Art. 446	579
1. Simulação e Vícios do Consentimento	579
2. Parte	579
3. Vontade Real e Vontade Declarada	579
Art. 447	579
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	580
2. Menor de Dezesesseis Anos	580
3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	580
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	580
5. Advogado	580
6. Informante	581
7. Valoração	581
8. Pessoa com Deficiência	581
Art. 448	581
1. Isenção do Dever de Depor	581
2. Possibilidade de Depor.....	582
Art. 449	582
1. Provas em Audiência.....	582
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento.....	582
3. Enfermidade ou outro Motivo Relevante	583

Subseção II

Da Produção da Prova Testemunhal

Art. 450	583
1. Apresentação do rol de testemunhas.....	583
2. Dupla Finalidade	583
3. Indicação	583
4. Prazo	584
5. Número de Testemunhas	584
6. Dispensa	584
Art. 451	584
1. Substituição	584
2. Casos	585
Art. 452	585
1. Juiz da Causa como Testemunha	585
Art. 453	585
1. Imediação	586
2. Exceções	586
Art. 454	586
1. Residência, ou Onde Exercem a sua Função	587
2. Procedimento	587
Art. 455	587
1. Informação ou intimação da testemunha.....	588
2. Consequências do não comparecimento da testemunha	588
3. Intimação judicial	588
4. Funcionário Público ou Militar.....	588
5. Intimação judicial e Não Comparecimento	589
Art. 456	589
1. Inquirição	589
Art. 457	589
1. Qualificação.....	590
2. Contradita	590
3. Procedimento	590
4. Escusa.....	590
Art. 458	590
1. Compromisso	590
Art. 459	591
1. Modo de Interrogar	591
Art. 460	591
1. Documentação.....	591
Art. 461	592
1. Testemunha Referida.....	592
2. Acareação	592

Art. 462	592
1. Despesas	592
Art. 463	593
1. Serviço Público	593

Seção X Da Prova Pericial

Art. 464	593
1. Prova Pericial	593
2. Exame, Vistoria e Avaliação	593
3. Cabimento.....	593
4. Conhecimento Técnico Especializado.....	594
5. Outras Provas	594
6. Verificação Impraticável.....	594
7. Submissão à Perícia	594
8. Perícia simplificada	595
Art. 465	595
1. Nomeação.....	595
2. Prazo para Entrega do Laudo.....	596
3. Assistente Técnico e Quesitos	596
4. Honorários Periciais	596
5. Honorários periciais, tutela coletiva e prova requerida pelo Ministério Público	596
6. Perícia Solicitada por Carta.....	597
7. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada.....	597
Art. 466	597
1. Independentemente de Termo de Compromisso.....	597
2. Confiança da Parte.....	597
3. Dever de comunicação	597
Art. 467	597
1. Escusa.....	598
2. Recusa	598
3. Suspeição e impedimento do assistente técnico	598
4. Novo Perito	598
5. Perícia médica e especialidade	598
Art. 468	598
1. Substituição	598
2. Comunicação.....	599
3. Substituição do perito e restituição dos valores recebidos.....	599
Art. 469	599
1. Quesitos Suplementares	599
2. Contraditório.....	599
3. Indeferimento.....	600
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos.....	600
Art. 470	600
1. Quesitos Impertinentes	600
2. Quesitos Necessários	600

Art. 471	600
1. Perícia consensual	600
2. Perícia consensual e perícia judicial	601
Art. 472	601
1. Dispensa	601
Art. 473	601
1. Elementos do laudo pericial	602
2. Limites do laudo	602
3. Desempenho de sua Função	602
4. Instrução do Laudo	602
5. Terceiro	602
Art. 474	603
1. Ciência	603
2. Ineficácia	603
Art. 475	603
1. Perícia Complexa	603
2. Peritos e Assistentes Técnicos	603
Art. 476	603
1. Prorrogação	603
Art. 477	604
1. Prazo de Espera	604
2. Intimação	604
3. Pedido de Esclarecimentos	604
4. Prazo Mínimo	605
Art. 478	605
1. Estabelecimentos Oficiais Especializados	605
2. Perícia e assistência judiciária gratuita	606
3. Autenticidade da Letra e Firma	606
Art. 479	606
1. Valoração da Prova Pericial	606
2. Formação do Convencimento Judicial	607
Art. 480	607
1. Segunda Perícia	607
2. Novo Perito	607
3. Pronunciamento Judicial	607
4. Segundo Parecer Técnico	607
5. Objeto e Objetivo	607
6. Mesmas Disposições	608
7. Não Substituição	608

Seção XI

Da Inspeção Judicial

Art. 481	608
1. Inspeção Judicial	608
2. Objeto	608

Art. 482	608
1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta	608
Art. 483	609
1. Local	609
2. Contraditório.....	609
Art. 484	609
1. Auto de Inspeção	609

Capítulo XIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Disposições Gerais

Art. 485	609
1. Sentença terminativa	610
2. Sem resolução de mérito	610
3. Residualidade	611
4. Indeferimento da petição inicial.....	611
5. Negligência das partes.....	611
6. Abandono de causa	611
7. Pressupostos processuais como requisitos de existência e validade do processo	611
8. Pressupostos processuais como condições para concessão da tutela jurisdicional do direito	612
9. Pressupostos processuais e processo justo	613
10. Pressupostos processuais e paridade de armas.....	613
11. Legitimidade e interesse	613
12. Aferição da legitimidade e do interesse.....	613
13. Pressupostos processuais, condições da ação e conhecimento de ofício e a qualquer tempo	614
14. Convenção de arbitragem	614
15. Reconhecimento da própria competência pelo juízo arbitral.....	614
16. Desistência da ação	615
17. Intransmissibilidade da ação	615
18. Demais casos	615
Art. 486	615
1. Nova ação	615
2. Correção	616
3. Litispendência e coisa julgada	616
4. Perempção	616
5. Prova do pagamento.....	616
Art. 487	616
1. Sentença definitiva.....	616
2. Julgamento de mérito e resolução de mérito	617
3. Acolhimento ou rejeição do pedido	617
4. Confusão	617
5. Decadência ou prescrição	617
6. Reconhecimento jurídico do pedido.....	617
7. Transação.....	618

8. Renúncia à pretensão	618
9. Dever de diálogo	619
Art. 488	619
1. Prevalência do julgamento de mérito.....	619

Seção II

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Art. 489	619
1. Sentença e decisão.....	620
2. Elementos essenciais.....	620
3. Relatório.....	620
4. Fundamentação	620
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	621
6. Indicação, reprodução ou paráfrase.....	621
7. Termos vagos	621
8. Qualquer outra decisão	622
9. Dever de debate	622
10. Precedentes.....	623
11. Distinção	623
12. Superação	623
13. Colisão entre normas	624
14. Interpretação	624
15. Dispositivo	624
Art. 490	625
1. Acolhimento ou rejeição	625
2. Cumulação de pedidos	625
Art. 491	625
1. Sentença líquida.....	625
2. Sentença ilíquida.....	625
Art. 492	625
1. Sentença conforme ao pedido	626
2. Mitigação	626
3. Sentença certa e relação condicional.....	627
4. Sentença condicional	627
Art. 493	627
1. Fato superveniente	627
2. Instâncias ordinárias	628
3. Contraditório.....	628
Art. 494	628
1. Preclusão	628
2. Inexatidões materiais e erros de cálculo	628
3. Embargos de declaração.....	629
Art. 495	629
1. Hipoteca judiciária.....	629
2. Tutela pecuniária	630
3. Hipoteca judiciária, tutela cautelar e penhora	630
4. Registro	630

5. Responsabilidade	630
6. Hipoteca judiciária e adimplemento da obrigação	630

Seção III

Da Remessa Necessária

Art. 496	631
1. Remessa necessária	631
2. Sentença contrária	632
3. Acolhimento total ou parcial de embargos.....	632
4. Demais Casos	632
5. Procedimento	632
6. Dispensa	632
7. Julgamento	632

Seção IV

Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	633
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	633
2. Tutela específica e tutela pelo resultado prático equivalente	633
3. Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito	634
4. Tutela ressarcitória na forma específica.....	634
5. Tutela específica do adimplemento	634
6. Ato ilícito, fato danoso e inadimplemento	635
7. Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente monetário.....	635
8. Tutela positiva e tutela negativa.....	636
9. Antecipação da tutela.....	636
10. Sentença mandamental e sentença executiva	637
Art. 498	637
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	637
2. Tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa móvel	638
3. Tutela do adimplemento da obrigação de entregar coisa móvel e tutela de imissão na posse de coisa móvel.....	638
4. Tutela específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa	638
5. Tutela de imissão na posse.....	638
6. Tutela reivindicatória	639
7. Tutela de reintegração de posse	639
8. Comodato.....	639
9. <i>Leasing</i>	639
10. Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	639
11. Antecipação da tutela	639
12. Sentença mandamental e sentença executiva	639
13. Individualização da coisa.....	640
14. Instante da individualização	640
15. Impugnação da individualização da coisa	640
16. Localização da coisa	640
17. Direito de retenção	640
Art. 499	640
1. Tutela pelo equivalente monetário.....	641
2. Requerimento da parte.....	641

Art. 500	642
1. Cumulação da indenização com a multa	642
Art. 501	642
1. Emissão de declaração de vontade	642
2. Sentença executiva	642
3. Momento de eficácia	642
4. Antecipação da tutela	643
5. Consequências da sentença e nova situação	643
6. Pré-contrato e contrato definitivo	643
7. Validade, eficácia e registro do pré-contrato	643
8. Prévia interpelação	644
9. Consequências da sentença e contrato definitivo	644
10. Sinalagma	644
11. Sentença de improcedência	644

Seção V

Da Coisa Julgada

1. Coisa julgada, segurança jurídica e Estado Constitucional	644
Art. 502	645
1. Eficácia e autoridade da sentença	645
2. Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate	645
3. Coisa julgada e preclusão	646
4. Trânsito em julgado	646
5. Limites	646
6. Eficácia	646
7. Relativização da coisa julgada	646
8. Negativa de submissão a exame de DNA e relativização da coisa julgada	647
Art. 503	647
1. Limites objetivos	647
2. Coisa julgada sobre a questão prejudicial	648
Art. 504	649
1. Não fazem coisa julgada	649
Art. 505	649
1. Limites temporais	649
2. Mesma lide	650
3. Trato continuado	650
4. Demais casos	650
5. Nova ação	650
Art. 506	650
1. Limites subjetivos	650
2. Não prejudicando terceiros	651
3. Coisa julgada e obrigação solidária	651
4. Causas relativas ao estado de pessoa	651
Art. 507	652
1. Preclusão	652
2. Ordem pública	652

Art. 508	652
1. Eficácia preclusiva.....	652
2. Alegações e defesas	652
3. Eficácia preclusiva e causa de pedir.....	653

Capítulo XIV

DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	653
2. Formas de Liquidação	654
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal	654
4. Decisão da Liquidação	654
5. Coisa Julgada	654
6. Condenação genérica coletiva e liquidação	654
7. Liquidação e processo de conhecimento.....	655
8. Liquidação e termo inicial da prescrição executiva	655
9. Liquidação e interpretação do título	655
Art. 509	655
1. Liquidação da Obrigação	656
2. Valor Devido.....	656
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida	656
4. Requerimento.....	656
5. Intimação.....	656
6. Liquidação por Cálculos	656
7. Fidelidade ao Título.....	657
8. Fidelidade ao título e inclusão de expurgos inflacionários.....	657
9. Autorização Legal.....	657
10. Liquidação Zero	658
11. Alteração da modalidade de liquidação e Súmula 344/STJ.....	658
Art. 510	659
1. Liquidação por Arbitramento	659
2. Regras da Perícia.....	660
3. Requerimento.....	660
4. Nomeação.....	660
5. Contraditório.....	660
6. Laudo	660
7. Esclarecimentos e audiência.....	660
8. Decisão	660
9. Presunções e deduções na liquidação por arbitramento.....	660
Art. 511	661
1. Liquidação pelo procedimento comum	661
2. Fato Novo	661
3. Procedimento Comum	661
4. Liquidação pelo procedimento comum e créditos-prêmio de IPI	662
5. Liquidação pelo procedimento comum e prejuízo ao advogado do liquidante.....	662
Art. 512	662
1. Pendência de Recurso	662

TÍTULO II DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Processo de Execução no Código Buzaid	663
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	663
3. Atipicidade das formas executivas	663
Art. 513	663
1. Cumprimento da Sentença	664
2. Sentenças Autossuficientes	664
3. Sentenças Não Autossuficientes	664
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	665
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	665
6. Cumprimento de Decisão Definitiva e Cumprimento de Decisão Provisória	666
7. Intimação do devedor	666
8. Sujeição passiva ao cumprimento de sentença	666
9. Grupo econômico e redirecionamento do cumprimento	667
Art. 514	667
1. Condição ou Termo	667
2. Requerimento de cumprimento e instrução	667
Art. 515	668
1. Títulos Executivos Judiciais	668
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	668
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada	668
4. Sentença Homologatória	669
5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	669
6. Formal e Certidão de Partilha	669
7. Crédito do auxiliar da justiça aprovado judicialmente	669
8. Sentença Penal Condenatória	670
9. Sentença Arbitral	670
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira	671
11. Ausência de reexame necessário e nulidade do título	671
12. Interpretação do título judicial	671
13. Ordem de Citação	671
Art. 516	671
1. Competência	672
2. Conexão de cumprimentos de sentença	672
3. Conexão e Tutela Coletiva	672
4. Competência para cumprimento individual de sentença coletiva e juizado especial	672
5. Tribunal Marítimo	672
Art. 517	672
1. Protesto do título judicial	673
2. Protesto e requisitos do título judicial	673
3. Cancelamento do protesto e garantia do juízo	673
Art. 518	673
1. Competência para o conhecimento das questões da execução	673
2. Atos praticados em razão de carta ou de auxílio direto	673

Art. 519	673
1. Regime das Tutelas Provisórias	673
2. Tutela provisória e garantia de efetividade da prestação jurisdicional	674

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	674
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória	674
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo	675
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo.....	675
4. Regime	675
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	675
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano	676
7. Caução Suficiente e Idônea.....	676
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC)	677
9. Cumprimento provisório de sentença e honorários advocatícios.....	678
Art. 521	678
1. Dispensa de Caução	678
2. Dispensa de caução e valores incontroversos.....	679
Art. 522	679
1. Instrução do Requerimento	679
2. Outros documentos obrigatórios.....	679

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de prestação pecuniária	680
2. Restrição a direitos e cumprimento de sentença que impõe prestação pecuniária	680
Art. 523	680
1. Requerimento de execução.....	680
2. Admissão da Execução.....	680
3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	681
4. Pagamento Voluntário	681
5. Prazo para pagamento voluntário	681
6. Prazo para pagamento voluntário e executado assistido pela Defensoria Pública	682
7. Intimação para Pagamento.....	682
8. Multa Punitiva.....	682
9. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória ...	683
10. Pagamento Parcial	683
11. Seguimento para Execução	683
12. Penhora on-line	684
13. Preferência da Penhora on-line sobre Todas as Outras Formas de Penhora.....	684
14. Avaliação	684

Art. 524	685
1. Requerimento de execução.....	685
2. Demonstrativo de crédito.....	685
3. Contador do Juízo.....	686
4. Intimação do Credor.....	686
5. Litígio sobre o valor da execução	686
6. Dados Existentes	686
7. Justificativa	687
8. Presunção de Correção dos Cálculos	687
Art. 525	687
1. Defesa do Executado	688
2. Impugnação	688
3. Legitimidade	689
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	689
5. Desnecessidade de nova intimação	689
6. Matérias.....	690
7. Inexistência ou Invalidade da Citação	690
8. Ilegitimidade das Partes	690
9. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	690
10. Ausência de reexame necessário e nulidade do título	691
11. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	691
12. Excesso de Execução	691
13. Incompetência relativa ou absoluta.....	692
14. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença	692
15. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.....	692
16. Inexigibilidade de Obrigação e ADIn 2.418/DF.....	695
17. Recebimento e Rejeição	695
18. Efeito Suspensivo	695
19. Relevantes Fundamentos	696
20. Manifestamente Suscetível	696
21. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	696
22. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	696
23. Decisão	697
24. Suspensão Total e Suspensão Parcial	697
25. Modulações do Efeito Suspensivo.....	697
26. Prosseguimento da Execução	697
27. Procedimento	698
28. Decisão Final.....	698
29. Apelação e Agravo de Instrumento	698
30. Coisa Julgada e Preclusão	699
31. Decisão de impugnação e honorários de sucumbência	699
32. Defesa ulterior no cumprimento de sentença	699
33. Exceção de Pré-executividade	699
34. Impugnação e título executivo oriundo da via arbitral.....	700
35. Impugnação de cumprimento de sentença arbitral e honorários advocatícios	700
Art. 526	701
1. Cumprimento espontâneo e depósito judicial	701
Art. 527	701
1. Cumprimento provisório de sentença	701

Capítulo IV

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Art. 528	702
1. Alimentos	702
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos.....	704
3. Título Executivo	704
4. Requerimento do credor	704
5. Citação do Executado	705
6. Impossibilidade de pagamento.....	705
7. Prisão Civil	705
8. Prazo da Prisão	705
9. Prisão civil e prisão domiciliar	706
10. Prisão civil e acordo celebrado em ação de alimentos	706
11. Prisão civil e pagamento parcial do débito	707
12. Prisão civil e imprescindibilidade dos valores alimentares.....	707
13. Protesto	708
14. Expropriação	708
15. Cumprimento por expropriação e oferecimento de Impugnação	708
16. Cumprimento de decisão provisória de prestação alimentar	709
17. Competência	709
18. Execução de honorários como prestação alimentar.....	709
Art. 529	709
1. Desconto em Folha	709
2. Dever de Terceiros	710
3. Desconto em Renda.....	710
Art. 530	710
1. Execução por expropriação.....	710
Art. 531	710
1. Regime comum a alimentos definitivos e provisórios.....	710
Art. 532	710
1. Conduta Procrastinatória.....	711
Art. 533	711
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	711
2. Constituição de Capital	711
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real.....	712
4. Condições Econômicas.....	712
5. Salário-Mínimo.....	712
6. Cessação da Obrigação	712
7. Outras técnicas disponíveis aos alimentos civis.....	712

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534	713
1. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	713

2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	713
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se efetivar, contra a Fazenda Pública, tanto títulos judiciais como extrajudiciais	714
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	714
5. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e parcelas incontroversas.....	714
6. Requerimento	715
7. Litisconsórcio ativo	715
8. Multa sancionatória	715
9. Consectários da condenação e Fazenda Pública.....	715
10. Honorários advocatícios.....	716
Art. 535	716
1. Intimação para Oposição de Impugnação.....	717
2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	717
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	718
4. Pedido de cumprimento não impugnado e honorários de sucumbência	718
5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	718
6. Precatório	719
7. Precatório Alimentar	719
8. Débitos de Natureza Alimentícia	719
9. Precatório Complementar.....	720
10. Ausência de Pagamento de Precatório.....	720
11. Atualização do Precatório	720
12. Crédito de Pequeno Valor	720
13. Depósito do valor em banco público.....	721
14. Preferência e Sequestro	721
15. Alegação de excesso de execução	722
16. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade.....	722
17. Inexigibilidade do título e ADIn 2.418/DF.....	725
18. Lei 13.463/17 e novo pagamento	725

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	725
1. Tutela específica e resultado prático equivalente.....	726
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	726
3. Prisão Civil. STF.....	726
4. Prisão Civil	727
5. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	728
6. Quebra da Congruência entre o Pedido e a Sentença.....	729
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento.....	729
8. Defesa do Demandado.....	729
9. Intervenção Judicial	730

10. Litigância de má-fé e sanção criminal	730
11. Deveres de fazer e não fazer.....	730
Art. 537	730
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	731
2. Cabimento da Multa.....	731
3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública	731
4. Multa de Ofício ou a Requerimento.....	732
5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	732
6. Adequação do Valor da Multa	732
7. Beneficiário da Multa	732
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	733
9. Intimação do obrigado	733
10. Realização da multa	733
11. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	734
12. Consectários da multa coercitiva	734
13. Cumulação da Indenização com a Multa.....	735

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538	735
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	735
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias.....	735
3. Súmula 500, STF.....	736
4. Adequação das Medidas Executivas	736
5. Localização da Coisa	736
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública.....	736
7. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	736
8. Direito de Retenção	736
9. Defesa do Demandado.....	737

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Procedimentos Especiais.....	738
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid	738
3. Procedimentos Especiais depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015.....	738
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	738

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 539	738
1. Ação de Consignação em Pagamento.....	739
2. Direito Civil	739
3. Locações.....	739
4. Direito Tributário	739
5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	739
6. Objeto da Prestação	740

7. Facultatividade.....	740
8. Legitimidade Ativa.....	740
9. Legitimidade Passiva.....	740
10. Momento para Consignação.....	741
11. Depósito Bancário.....	741
Art. 540	741
1. Competência.....	741
2. Cessação dos Juros e dos Riscos.....	741
Art. 541	741
1. Prestações Periódicas.....	741
2. Data do Vencimento.....	742
3. Trânsito em Julgado.....	742
Art. 542	742
1. Depósito.....	742
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis.....	742
3. Dispensa do Depósito.....	743
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações.....	743
5. Cumulação de Pedidos.....	743
Art. 543	743
1. Direito de Escolha.....	743
Art. 544	743
1. Prazo.....	743
2. Matéria.....	744
3. Revelia.....	744
Art. 545	744
1. Depósito Insuficiente.....	744
2. Parcela Incontroversa.....	745
3. Título Executivo.....	745
Art. 546	745
1. Despesas Processuais.....	745
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido.....	746
Art. 547	746
1. Dúvida sobre quem Deva Legitimamente Receber.....	746
2. Credor de um dos Credores.....	746
Art. 548	746
1. Duas Fases.....	746
2. Primeira Fase.....	747
3. Segunda Fase.....	747
Art. 549	747
1. Resgate do Aforamento.....	747

Capítulo II

DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	747
1. Ação para Tomar Contas.....	748

2.	Dever de Prestar Contas.....	748
3.	Quitação	748
4.	Fases	748
5.	Consórcio	749
6.	Conta-Corrente.....	749
7.	Ação de exigir contas e contrato de mútuo e financiamento	749
8.	Cooperativa	749
9.	Ex-Prefeito	749
10.	Inventariante	749
11.	Sócio-Gerente	750
12.	Petição Inicial da Ação de Exigir Contas.....	750
13.	Apresentação de Contas.....	750
14.	Contestação	750
15.	Contestação e Apresentação de Contas	750
16.	Revelia	751
17.	Procedimento	751
18.	Decisão da Primeira Fase	751
19.	Prazo para prestar as contas.....	751
20.	Decisão da Primeira Fase e Honorários Sucumbenciais.....	752
21.	Contraditório sobre as Contas.....	752
22.	Sentença da Segunda Fase.....	752
23.	Provas Contábeis na Segunda Fase e Recurso.....	753
24.	Despesas Processuais	753
25.	Ação de Exigir Contas e Revisão de Cláusula Contratual.....	753
Art. 551		753
1.	Forma Adequada	753
2.	Documentos Justificativos	753
3.	Contas do autor	753
Art. 552		754
1.	Título Executivo	754
Art. 553		754
1.	Inadimplemento	754

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554	754
1. Ações Possessórias	755
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse	755
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse.....	755
4. Fungibilidade entre as Tutelas Possessórias	756
5. Conflito coletivo possessório.....	756
6. Ação possessória e desconstituição de contrato.....	757
7. Ação possessória e exclusão de compossuidor.....	757
8. Legitimidade dos herdeiros para a ação possessória	757

9. Competência para as Ações Possessórias	758
10. Ações possessórias e função social da propriedade	758
Art. 555	758
1. Cumulação de Pedidos	758
2. Pedido de Desfazimento de Construção ou Plantação	758
3. Medidas Indutivas para Dar Cumprimento à Ordem Possessória	759
4. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação	759
5. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse	759
6. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a sua Imposição	759
7. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação	759
8. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos	759
Art. 556	760
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação....	760
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação	760
Art. 557	760
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório	760
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias	761
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória.....	761
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF	762
5. Ação Possessória e Oposição	762
Art. 558	762
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória.....	762
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória.....	762
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos arts. 550 a 552, CPC	762
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia	763
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	763
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	764
Art. 559	764
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução	764
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória	764
3. Caráter Assecuratório da Medida.....	764
4. Momento do Requerimento	764
5. Caução Real e Fidejussória.....	764
6. Hipossuficiência econômica.....	764

Seção II

Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	765
1. Manutenção e Reintegração de Posse.....	765
2. Composse.....	765
3. Detenção	765

4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória	765
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais.....	765
6. Reintegração de Posse e <i>Leasing</i>	766
7. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Cláusula Resolutiva Expressa	766
8. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Necessidade de Notificação	766
9. <i>Leasing</i> e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	766
Art. 561	767
1. Ação Fundada na Posse	767
2. Prova da Posse.....	767
3. Turbação ou Esbulho	768
4. Data da Turbação ou do Esbulho.....	768
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	768
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	768
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	768
8. Notificação Prévia e Ação Possessória	768
Art. 562	768
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada	769
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no art. 552, CPC	769
3. Designação de Audiência de Justificação.....	769
4. Não designação de Audiência de Justificação.....	769
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência.....	770
6. Forma de Participação do Réu na Audiência	770
7. Prazo para o Réu Contestar.....	770
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia	770
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar	770
10. Pessoa Jurídica de Direito Público.....	770
Art. 563	771
1. Suficiência da Justificação	771
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração	771
3. Aplicabilidade dos arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração	771
Art. 564	771
1. Necessidade da Intimação do Autor, acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias	771
2. Promoção da Citação	771
3. Citação do Réu e Prescrição	771
Art. 565	771
1. Conflito coletivo possessório.....	772
2. Liminar e Mediação prévia.....	772
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	772
4. Inspeção judicial	772
5. Participação dos órgãos de política agrária e política urbana	773
6. Conflitos coletivos sobre propriedade de imóvel.....	773
Art. 566	773
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC.....	773

Seção III Do Interdito Proibitório

Art. 567	773
1. Tutela Inibitória Possessória	773
2. Justo Receio	773
3. Repetição de Moléstia da Posse.....	773
4. Multa como Meio Executivo.....	773
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial.....	774
Art. 568	774
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório	774

Capítulo IV DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I Disposições Gerais

Art. 569	774
1. Ação de Demarcação	774
2. Ação de Divisão	774
3. Duplicidade	774
4. Perpetuidade.....	775
5. Total ou Parcial	775
6. Terras Particulares.....	775
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória.....	775
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória	775
Art. 570	776
1. Cumulação	776
Art. 571	776
1. Demarcação e divisão extrajudiciais	776
Art. 572	776
1. Terceiros	776
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	777
3. Cumulação Alternativa	777
4. Litispendência	777
5. Trânsito em Julgado	777
6. Denúnciação da Lide	777
Art. 573	778
1. Dispensa da prova pericial.....	778

Seção II Da Demarcação

Art. 574	778
1. Competência	778
2. Legitimação.....	778
3. Causa de Pedir	778

4. Pedido	779
5. Valor da Causa	779
6. Documentos Necessários	779
7. Demarcatória e Reivindicatória.....	779
Art. 575	779
1. Qualquer Condomínio	779
2. Litisconsórcio	779
Art. 576	780
1. Citação	780
2. Citação por Edital.....	780
3. Demarcação de terrenos de marinha.....	780
Art. 577	780
1. Prazo	780
2. Prazo em Dobro.....	780
Art. 578	780
1. Contestação	780
2. Procedimento	781
Art. 579	781
1. Perícia.....	781
2. Assistentes Técnicos.....	781
Art. 580	781
1. Laudo Pericial.....	781
2. Laudo dos Assistentes.....	782
Art. 581	782
1. Sentença de Procedência.....	782
2. Sentença de Improcedência.....	782
3. Efeito anexo da sentença de procedência	782
Art. 582	782
1. Trânsito em Julgado	782
2. Cumprimento de Sentença	782
Art. 583	782
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo.....	783
Art. 584	783
1. Marcos.....	783
Art. 585	783
1. Relatório.....	783
2. Peritos e agrimensor.....	783
Art. 586	783
1. Manifestação das Partes	784
2. Decisão.....	784
3. Auto de Demarcação.....	784
Art. 587	784
1. Sentença Homologatória da Demarcação	784

Seção III Da Divisão

Art. 588	784
1. Competência	784
2. Legitimação	785
3. Causa de Pedir	785
4. Pedido	785
5. Cumulação	785
6. Valor da Causa	785
7. Documentos Necessários	785
8. Ação Divisória e Composse	785
Art. 589	785
1. Citação	785
2. Citação por Edital	786
3. Prazo	786
4. Prazo em Dobro	786
5. Contestação	786
6. Procedimento	786
7. Sentença de Procedência	786
Art. 590	786
1. Cumprimento da Sentença	786
2. Elementos do laudo pericial	786
Art. 591	787
1. Pedido de Constituição dos Quinhões	787
Art. 592	787
1. Oitiva das Partes	787
Art. 593	787
1. Linha do Perímetro	787
2. Benfeitorias permanentes	787
Art. 594	787
1. Terceiros	787
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	788
3. Cumulação Alternativa	788
4. Litispendência	788
5. Trânsito em Julgado	788
6. Denúnciação da Lide	788
Art. 595	788
1. Proposta de Divisão	789
Art. 596	789
1. Oitiva das Partes	789
2. Cumprimento	789
Art. 597	789
1. Auto de Divisão	790
2. Folha de Pagamento	790
3. Sentença Homologatória da Divisão	790

Art. 598	790
1. Aplicação Subsidiária.....	790

Capítulo V

DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	790
1. Medidas disciplinadas por este capítulo.....	791
2. Fundamentos da dissolução.....	791
3. Direito de retirada.....	791
4. Exclusão do sócio.....	791
5. Morte do sócio.....	791
6. Entidades que Podem Utilizar da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	791
7. Prescrição	792
8. Valor da Causa	792
Art. 600	792
1. Legitimidade ativa	792
2. Herdeiro necessário e pagamento das quotas do acervo hereditário	792
3. Óbito do sócio	793
4. Retirada	793
5. Exclusão	793
6. Apuração de Haveres	793
Art. 601	793
1. Legitimidade Passiva	793
2. Ação proposta pela sociedade.....	794
3. Prazo para a Resposta dos Réus.....	794
Art. 602	794
1. Pedido de compensação	794
Art. 603	794
1. Resposta dos réus.....	794
2. Concordância na dissolução	794
3. Procedimento a ser observado	794
4. Controvérsia sobre o valor dos haveres	795
5. Despesas processuais e controvérsia sobre a dissolução	795
6. Natureza do ato judicial que resolve a dissolução	795
Art. 604	795
1. Sentença de procedência	795
2. Parte incontroversa	795
Art. 605	796
1. Data da dissolução parcial	796
Art. 606	796
1. Critérios para apuração de haveres	796
2. Perito	797
3. Juros de mora	797
4. Juros de mora e sociedade anônima	797
5. Mora da sociedade	797
Art. 607	797
1. Alteração dos critérios para apuração de haveres.....	797

Art. 608	798
1. Valores devidos	798
Art. 609	798
1. Pagamento dos haveres	798

Capítulo VI DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I Disposições Gerais

Art. 610	798
1. Inventário e Partilha.....	798
2. Espécies	798
3. Inventário Judicial	799
4. Inventário Extrajudicial	799
5. Inventário extrajudicial e testamento.....	799
6. Foro do Inventário e da Partilha	800
7. Inventário e litispendência	800
Art. 611	800
1. Abertura do Inventário	800
2. Sanção	801
3. Encerramento do Inventário	801
4. Participação do Ministério Público	801
5. Interrupção da prescrição	801
Art. 612	801
1. Juízo Universal.....	801
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	802
3. Decisão	802
Art. 613	802
1. Administrador Provisório	802
2. Herdeiros.....	802
Art. 614	803
1. Direitos, Deveres e Responsabilidade.....	803

Seção II Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	803
1. Legitimidade	803
2. Documento Necessário	803
Art. 616	803
1. Legitimidade Concorrente.....	804

Seção III Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	804
1. Inventariante	804

2. Compromisso	805
3. Decisão	805
4. Término da representação do inventariante	805
Art. 618	805
1. Atribuições	806
2. Inventariante e direito a voto em assembleia geral de sociedade	806
Art. 619	806
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz	806
2. Despesas com o Inventário	807
Art. 620	807
1. Primeiras Declarações	808
2. Relação Patrimonial	808
3. Determinações Judiciais	808
4. Declaração por Petição	808
Art. 621	808
1. Sonegação ao Inventariante	808
2. Ação de Sonegados	808
Art. 622	809
1. Remoção do Inventariante	809
Art. 623	809
1. Processo Justo	809
2. Decisão	809
Art. 624	810
1. Nova Nomeação	810
Art. 625	810
1. Entrega de Bens	810

Seção IV Das Citações e das Impugnações

Art. 626	810
1. Litisconsórcio Necessário	811
2. Testamentário	811
3. Citações	811
Art. 627	811
1. Manifestação das Partes	811
2. Erros, Omissões e Sonegações de bens	812
3. Nomeação do Inventariante	812
4. Qualidade de Herdeiro	812
5. Colações	812
6. Reserva de Bens	812
7. Decisão	813
Art. 628	813
1. Exame do Pedido	813
2. Não Obsta o Andamento do Inventário	813

Art. 629	813
1. Fazenda Pública.....	813
2. Reserva de Bens	813

Seção V

Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	814
1. Avaliação	814
2. Assistentes Técnicos.....	814
Art. 631	814
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	814
Art. 632	814
1. Carta Precatória.....	814
Art. 633	814
1. Dispensa de Avaliação.....	814
Art. 634	815
1. Avaliação da Fazenda Pública	815
Art. 635	815
1. Laudo de Avaliação.....	815
2. Manifestação das Partes	815
3. Impugnação	815
Art. 636	815
1. Últimas Declarações	815
Art. 637	815
1. Alíquota.....	815
2. Cálculo do Imposto.....	815
3. Correção Monetária.....	816
4. Isenção.....	816
5. Honorários de Advogado	816
6. Morte Presumida	816
7. Nova Avaliação	816
8. Promessa de Compra e Venda	816
Art. 638	816
1. Decisão	816
2. Exigibilidade.....	816
3. Responsabilidade tributária e encerramento do inventário	816

Seção VI

Das Colações

Art. 639	817
1. Colação.....	817
2. Avaliação	817
3. Ministério Público	817
Art. 640	817
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	818
2. Parte Inoficiosa	818

Art. 641	818
1. Oposição.....	818
2. Decisão	819
3. Sequestro	819

Seção VII Do Pagamento das Dívidas

Art. 642	819
1. Pagamento das Dívidas	819
2. Habilitação	819
3. Habilitação de credor de herdeiro inadimplente	820
4. Expropriação	820
5. Fazenda Pública.....	820
6. Partilha Homologada antes do Julgamento da Habilitação de Crédito	820
Art. 643	820
1. Meios Ordinários.....	820
2. Reserva de Bens	821
3. Impugnação de crédito e discussão nas vias ordinárias	821
Art. 644	821
1. Dívida Ainda Inexigível	821
Art. 645	821
1. Legatário	821
Art. 646	821
1. Penhora	822

Seção VIII Da Partilha

Art. 647	822
1. Partilha	822
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil.....	822
3. Partilha em Vida	822
4. Decisão	822
5. Fruição provisória de bem	823
Art. 648	823
1. Critérios para a partilha judicial ou amigável	823
Art. 649	823
1. Partilha de bens que não admitam divisão cômoda	823
Art. 650	823
1. Quinhão devido a nascituro	823
Art. 651	823
1. Esboço da Partilha	824
Art. 652	824
1. Intimação.....	824
2. Decisão	824

Art. 653	824
1. Partilha Definitiva	824
Art. 654	824
1. Tributos	825
2. Homologação da Partilha	825
3. Sobrepartilha	825
4. Anulação e Rescisão da Partilha	825
5. Petição de Herança	825
Art. 655	825
1. Trânsito em Julgado	825
2. Formal de Partilha	825
Art. 656	825
1. Emenda da Partilha	825
Art. 657	826
1. Ação Anulatória de Partilha	826
2. Legitimidade	826
3. Prazo	826
Art. 658	827
1. Ação Rescisória de Partilha	827
2. Legitimidade	827
3. Prazo	827

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659	827
1. Arrolamento Sumário	828
2. Prova da Quitação dos Tributos	828
3. Homologação da Partilha	829
4. Desconstituição de Partilha Homologada em Arrolamento	829
Art. 660	829
1. Petição Inicial	829
Art. 661	829
1. Dispensa de Avaliação	830
Art. 662	830
1. Cognição Parcial	830
2. Contraditório Eventual	830
Art. 663	831
1. Credores do Espólio	831
Art. 664	831
1. Arrolamento Sumaríssimo	831
2. Ministério Público	831
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	831
4. Conversão de ofício do inventário para arrolamento	832
Art. 665	832
1. Arrolamento sumaríssimo e interesse de incapazes	832

Art. 666	833
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento	833
Art. 667	833
1. Aplicação Subsidiária.....	833

Seção X

Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668	833
1. Eficácia da Tutela Cautelar	833
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito	833
Art. 669	834
1. Sobrepartilha	834
2. Espólio	834
3. Prescrição	834
Art. 670	834
1. Processo de Inventário e Partilha.....	835
2. Sobrepartilha e Tributos.....	835
Art. 671	835
1. Curador Especial	835
2. <i>Múnus</i> Público	835
Art. 672	835
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos	835
2. Morte de Herdeiro que não Possui Outros Bens além de seu Quinhão na Herança	836
Art. 673	836
1. Desnecessidade de Sobrepartilha	836

Capítulo VII

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	836
1. Embargos de Terceiro	836
2. Terceiro.....	837
3. Constrição Judicial.....	837
4. Fraude contra Credores.....	838
5. Cônjuge	838
6. União Estável.....	838
7. Filho	838
8. Meação	839
9. Sócio-Gerente	839
10. Pré-Contrato	839
11. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro	839
12. Doação Verbal.....	839
13. Entes Cadastrais	840
14. Desapropriação	840
15. Benfeitorias	840
16. Sentença Transitada em Julgado sem Registro.....	840
17. Divisão e Demarcação.....	840
18. Hipoteca e Penhor	840

19. Anticrese.....	841
20. Alienação Fiduciária	841
Art. 675	841
1. Processo de Conhecimento	841
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Mandamental ou Sentença Executiva	841
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Condenatória	842
4. Processo de Execução.....	842
5. Tutela de Urgência	842
6. Procedimentos Especiais.....	842
7. Apreensão Criminal.....	843
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum.....	843
9. Terceiro e intimação pessoal.....	843
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução.....	843
11. Prazo e Preclusão	843
12. Prazo e ciência	844
Art. 676	844
1. Competência	844
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	844
3. Competência Delegada.....	845
Art. 677	845
1. Prova Sumária da Posse.....	845
2. Prova da Qualidade de Terceiro.....	845
3. Documentos e Rol de Testemunhas	845
4. Valor da Causa	846
5. Legitimidade passiva para os embargos de terceiro	846
6. Cumulação de Pedidos	846
Art. 678	846
1. Antecipação de Tutela	847
2. Decisão	847
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória.....	847
4. Suspensão do Processo Principal	847
5. Duração do Período de Suspensão	847
6. Suspensão e fraude à execução.....	847
7. Caução.....	848
Art. 679	848
1. Contestação	848
2. Procedimento	848
Art. 680	848
1. Matéria de Contestação	848
Art. 681	849
1. Sentença	849
2. Honorários Advocatícios	849

Capítulo VIII DA OPOSIÇÃO

Art. 682	850
1. Oposição.....	850

2. Oposição Sucessiva	850
3. Momento para Oposição	850
Art. 683	850
1. Petição Inicial	851
2. Distribuição e Citação	851
3. Resposta dos Opostos	851
Art. 684	851
1. Reconhecimento do Pedido	851
Art. 685	851
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento	851
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento	851
Art. 686	852
1. Oposição e Prejudicialidade	852

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	852
1. Habilitação	852
2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa	852
3. Habilitação e pessoas jurídicas	853
Art. 688	853
1. Legitimidade	853
Art. 689	853
1. Habilitação como Processo Autônomo	853
2. Causa no Tribunal	853
Art. 690	853
1. Petição Inicial	853
2. Citação	854
3. Manifestação da parte contrária	854
Art. 691	854
1. Não impugnação	854
2. Procedimento	854
3. Sentença	854
Art. 692	854
1. Retomada do Curso da Causa Principal	854

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	854
1. Legislação própria	855
Art. 694	855
1. Prioridade da solução consensual	855
2. Suspensão do processo	855

Art. 695	855
1. Citação dos réus	856
2. Renúncia prévia à mediação ou à conciliação	856
Art. 696	856
1. Sessões de mediação e conciliação	856
2. Requerimentos de tutelas provisórias	856
Art. 697	856
1. Resposta do réu	856
2. Rito	857
Art. 698	857
1. Intervenção do Ministério Público	857
2. Violência doméstica e familiar	857
Art. 699	857
1. Depoimento de incapaz	857
Art. 699-A	857
1. Guarda compartilhada e risco de violência	857

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	858
1. Procedimento Monitório	858
2. Fundamento do Procedimento Monitório	858
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer	859
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	859
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória	859
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum	859
7. Conceito de Prova Escrita	859
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	861
9. Documento Particular	861
10. Conta-Corrente	861
11. Cheque Prescrito	861
12. Correio eletrônico	861
13. Duplicata sem aceite	861
14. Cópia de título	861
15. Bem Alienado Fiduciariamente	862
16. Requisitos da petição inicial	862
17. Fungibilidade	862
18. Citação com Hora Certa	862
19. Citação por Edital	862
20. Ação Monitória, Correção Monetária e Juros de Mora	862
21. Ação Monitória e Prescrição	862
22. Ação monitoria e dívida ilíquida	862
Art. 701	863
1. Diferença entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	863
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	864
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária	864

4. Decisão que Defere o Mandado	864
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor	864
6. Atitudes do Devedor após a Expedição do Mandado	864
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado	864
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo	865
9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do art. 523, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	865
10. Mandado definitivo e ação rescisória	865
Art. 702	865
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstaculização da Execução	866
2. Embargos com Cognição Exauriente	866
3. Cognição Exauriente <i>Secundum Eventum Defensionis</i>	866
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa	866
5. Reconvenção	866
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados	867
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano	867
8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	868
9. Efeito Suspensivo da Apelação e Ação Monitória	868
10. Prescrição da Fase Executiva da Ação Monitória	868
11. Procedência do Pedido Monitório, Multa do art. 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	869
12. Conteúdo da Impugnação	869
13. Alegação de Excesso de Execução	869
14. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Remessa Necessária	869
15. Parcelamento e ação monitória	869

Capítulo XII

DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	870
1. Homologação de Penhor Legal	870
2. Penhor Legal	870
3. Ato Contínuo	870
4. Petição Inicial	871
5. Homologação extrajudicial	871
Art. 704	871
1. Defesa	871
2. Dívida Compreendida entre as Previstas em Lei	871
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	871
Art. 705	871
1. Procedimento	871
Art. 706	872
1. Sentença	872
2. Recurso	872

Capítulo XIII

DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	872
1. Avarias grossas	872

2. Competência para a demanda judicial de regulação de avaria grossa	873
3. Regulador de avaria grossa	873
Art. 708	873
1. Procedimento inicial	874
2. Prazos	874
3. Retenção da carga	874
Art. 709	874
1. Liquidação das avarias	874
Art. 710	874
1. Regulamento da avaria grossa	874
2. Impugnação do regulamento	875
3. Decisão judicial	875
Art. 711	875
1. Regulador	875

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	875
1. Restauração de Autos	875
Art. 713	875
1. Competência	875
2. Competência	876
3. Juntada de Documentos	876
Art. 714	876
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal	876
2. Contestação	876
3. Concordância	876
4. Concordância Parcial	877
5. Juntada de Documentos	877
6. Procedimento	877
7. Colaboração de todos	877
Art. 715	877
1. Laudo Pericial	877
Art. 716	877
1. Sentença	878
Art. 717	878
1. Desaparecimento no Tribunal	878
Art. 718	878
1. Despesas Processuais	878
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal	878

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	879
---	-----

2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional	879
3. Jurisdição voluntária e surgimento de controvérsia	879
4. Honorários advocatícios.....	879

Seção I

Disposições Gerais

Art. 719	879
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária	879
Art. 720	880
1. Competência	880
2. Legitimidade Ativa.....	880
3. Causa de Pedir e Pedido	880
4. Documentos Necessários	880
Art. 721	880
1. Legitimidade Passiva	880
2. Ministério Público	881
3. Nulidade	881
4. Resposta	881
5. Litigiosidade.....	881
Art. 722	882
1. Fazenda Pública.....	882
Art. 723	882
1. Equidade	882
2. Sentença.....	882
3. Despesas Processuais	882
Art. 724	882
1. Apelação	882
2. Redesignação de Sexo no Registro	883
Art. 725	883
1. Rol Exemplificativo	883
2. Aplicação subsidiária	884
3. Alienação de coisa comum	884

Seção II

Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	884
1. Protestos, Notificações e Interpelações	884
2. Manifestação de Vontade	884
3. Intimação.....	885
4. Petição Inicial	885
5. Competência	885
6. Interesse.....	885
7. Prudência.....	885
8. Indeferimento da Petição Inicial	885
9. Intimação por Editais	886
10. Protesto contra Alienação de Bens	886

Art. 727	886
1. Interpelação	886
Art. 728	886
1. Defesa e Contraprotesto	886
2. Contraprotesto	886
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis	886
4. Prazo para a manifestação do requerido.....	887
5. Recurso.....	887
Art. 729	887
1. Sentença	887

Seção III

Da Alienação Judicial

Art. 730	887
1. Alienações Judiciais	887
2. Contraditório.....	887
3. Leilão Público.....	888
4. Procedimento	888
5. Coisa Comum.....	888
6. Bens de Órfãos.....	888
7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda	888

Seção IV

Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	888
1. Separação e Divórcio Consensuais	888
2. Mútuo Consentimento	889
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	889
4. Dissolução Consensual de União Estável	889
5. Pacto Antenupcial.....	889
6. Partilha de Bens	889
7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas	890
8. Manutenção dos Filhos.....	890
9. Alimentos	890
10. Preservação Suficiente de Interesse	890
11. Ministério Público	890
12. Homologação	890
13. Doação ao Filho do Casal	891
14. Morte do Pai da Separanda	891
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal	891
16. Rescisão do acordo realizado para o divórcio consensual.....	891
Art. 732	892
1. Extinção consensual de união estável.....	892
Art. 733	892
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais	892

Art. 734	893
1. Requerimento conjunto	893
2. Direitos de terceiros	893
3. Divulgação do pedido de alteração do regime de bens.....	893
4. Averbação da Alteração de Regime	893

Seção V Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735	893
1. Testamentos e Codicilos	894
2. Testamento Cerrado	894
3. Competência	894
4. Abertura, Registro e Cumprimento.....	894
5. Língua Estrangeira	894
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade	894
7. Testamenteiro.....	895
8. Preferência Legal	895
Art. 736	895
1. Testamento Público	895
Art. 737	895
1. Testamento Particular.....	895
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular.....	895
3. Reconhecimento de Regularidade.....	896
4. Prova Pericial Grafológica.....	896
5. Abrandamento do Rigor Formal	896
6. Registro, Arquivo e Cumprimento	897
7. Testamentos Especiais e Codicilo	897

Seção VI Da Herança Jacente

Art. 738	897
1. Herança Jacente.....	897
2. Competência	897
3. Arrecadação de Bens.....	897
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente	897
5. Herança Jacente como <i>Ultima Ratio</i>	898
Art. 739	898
1. Curador	899
2. Guarda, Conservação e Administração	899
3. Incorporação ao Patrimônio Público.....	899
Art. 740	899
1. Arrecadação.....	900
2. Conclusão da Arrecadação	900
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada.....	900
4. Autoridade Policial	900
5. Auto de Inquirição e Informação	900
6. Carta Precatória.....	900

7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro.....	900
8. Decisão	900
Art. 741	900
1. Publicação de Editais	901
2. Finado Estrangeiro	901
3. Citação Pessoal	901
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário	901
5. Credores	901
Art. 742	901
1. Alienações	902
2. Bens com Valor de Afeição.....	902
Art. 743	902
1. Declaração de Vacância.....	902
2. Habilitação	902
3. Exceção à Regra da <i>Saisine</i>	902
4. Usucapião	903
5. Habilitação nos mesmos Autos	903
6. Ação Própria.....	903

Seção VII

Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	903
1. Ausência	903
2. Competência	904
3. Arrecadação dos Bens	904
4. Curador	904
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente	905
Art. 745	905
1. Publicação de Editais	905
2. Sucessão Provisória	905
3. Habilitação	906
4. Como se o Ausente Fosse Falecido.....	906
5. Tributação	906
6. Caução.....	906
7. Alienar ou Hipotecar	906
8. Sucessão Definitiva	906
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes.....	906
10. Incorporação ao Patrimônio Público.....	906
11. Procedimento Comum	907

Seção VIII

Das Coisas Vagas

Art. 746	907
1. Coisas Vagas	907
2. Competência	907
3. Publicação de Editais.....	907
4. Comparecimento	907
5. Ausência de Comparecimento	908

6. Abandono da Coisa.....	908
7. Suspeita de Crime.....	908

Seção IX Da Interdição

1. Interdição e Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	908
Art. 747	908
1. Interdição	908
2. Curatela.....	908
3. Atos de natureza patrimonial e negocial	909
4. Legitimidade Ativa.....	909
5. Prova Pré-Constituída da Legitimidade.....	909
6. Tomada de Decisão Apoiada.....	909
Art. 748	909
1. Ministério Público	910
Art. 749	910
1. Competência	910
2. Tutela de urgência.....	910
3. Curador Especial	910
4. Inépcia da Petição Inicial	910
Art. 750	911
1. Prova documentada da incapacidade	911
Art. 751	911
1. Citação	911
2. Inspeção Judicial Preliminar.....	911
3. Nulidade do processo	911
Art. 752	912
1. Impugnação ao Pedido.....	912
2. Ministério Público.....	912
3. Representação Processual do Interditando	912
Art. 753	912
1. Laudo Pericial.....	913
2. Assistentes Técnicos.....	913
Art. 754	913
1. Conclusão da instrução	913
Art. 755	913
1. Sentença de Interdição.....	913
2. Nomeação de Curador	914
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	914
4. Eficácia <i>Ex Nunc</i> da Sentença de Interdição.....	914
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição	914
6. Prescrição Consumada antes da Prolação da Sentença de Interdição	915
Art. 756	915
1. Levantamento de Interdição	915
2. Legitimidade ativa	916

3. Prova Pericial	916
4. Audiência de Instrução e Julgamento	916
5. Sentença de Levantamento de Interdição.....	916
Art. 757	916
1. Extensão da atuação do curador	916
Art. 758	916
1. Recuperação da capacidade do interdito.....	916

Seção X

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759	917
1. Tutela	917
2. Tutor.....	917
3. Compromisso	917
4. Responsabilidade do Juiz	917
5. Garantia	917
6. Tomada de Decisão Apoiada.....	917
Art. 760	918
1. Escusa.....	918
2. Prazo	918
3. Decisão	918
Art. 761	918
1. Remoção.....	918
2. Responsabilidade do Juiz	919
3. Contestação	919
4. Procedimento	919
5. Sentença	919
Art. 762	919
1. Suspensão do Exercício de suas Funções	919
2. Tutela Provisória de Urgência	919
Art. 763	919
1. Dispensa	919
2. Cessação da Tutela ou Curatela	920
3. Prestação de contas	920

Seção XI

Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 764	920
1. Organização e Fiscalização das Fundações	920
2. Instituição de Fundação	920
3. Elaboração de Estatuto	920
4. Ministério Público	921
5. Apreciação do Estatuto	921
6. Pedido de Suprimento de Aprovação	921
7. Existência Legal da Fundação.....	921
8. Alteração de Estatuto.....	921

Art. 765	921
1. Extinção da Fundação	921

Seção XII

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

Art. 766	922
1. Protesto marítimo e processo testemunhável	922
2. Competência	922
3. Legitimidade	922
Art. 767	922
1. Petição inicial	922
2. Documentos em língua estrangeira	922
Art. 768	922
1. Instrução do pedido	923
Art. 769	923
1. Curador de ausentes	923
Art. 770	923
1. Apreciação judicial	923
2. Recurso	923

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Processo de Execução no Código Buzaid	925
2. Processo de Execução no Código Reformado	925
3. Código atual	925

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 771	926
1. Aplicação subsidiária	926
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte Especial subsidiariamente à Execução de Títulos Extrajudiciais	926
3. Interesse Processual e Execução de Créditos de Pequeno Valor	926
4. Execução de título extrajudicial e medidas executivas atípicas	927
Art. 772	929
1. Poderes do Juiz	929
2. Ordem de Comparecimento das Partes	929
3. Ordem de Colaboração com a Execução	929
Art. 773	929
1. Medidas Necessárias	929
2. Confidencialidade	929

Art. 774	930
1. Ato Atentatório à Dignidade da Justiça.....	930
2. Transparência patrimonial	930
3. Multa Sancionatória	931
4. Sem Prejuízo de Outras Sanções	931
5. Proveito do Exequente	931
6. Exigível na Própria Execução	931
7. Direito à Relevação da Pena	931
8. Dever de probidade para fora do processo de execução	931
Art. 775	931
1. Desistência	932
2. Embargos à Execução	932
3. Impugnação	932
Art. 776	932
1. Responsabilidade do Exequente.....	932
2. Pagamento em Dobro ou pelo Equivalente da Dívida	932
3. Apuração dos Danos	932
Art. 777	933
1. Exigibilidade das Multas dentro do Próprio Processo.....	933
2. Realização da Multa por Execução ou Compensação	933

Capítulo II DAS PARTES

1. Partes.....	933
2. Litisconsórcio	933
3. Intervenção de Terceiros	933
Art. 778	933
1. Legitimidade Ativa.....	934
2. Credores Solidários.....	934
3. Demanda Condenatória	934
4. Execução Forçada. Título Executivo Extrajudicial.....	934
5. Desnecessidade de anuência da parte contrária para a sucessão	935
6. Cessionário	935
Art. 779	935
1. Legitimidade Passiva	935
2. O fiador judicial	936
3. Assistência judiciária gratuita.....	936
Art. 780	936
1. Cumulação de Execuções.....	936
2. Tríplice Identidade	936
3. Inclusão de parcelas vincendas	937

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	937
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial	938
2. Derrogação da competência em favor da economia processual e do interesse do executado	938

3. Processo de execução e convenção arbitral	938
4. Sede de pessoa jurídica	938
Art. 782	939
1. Atos Executivos	939
2. Autorização para cumprir medidas fora da sede do juízo	939
3. Força Policial	939
4. Cadastro de inadimplentes	939
5. Cadastro de inadimplentes e execução fiscal	939

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	940
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível	940
2. Nulidade da Execução	940
3. Inclusão de parcelas vincendas e liquidez do título	940
Art. 784	941
1. Títulos Executivos Extrajudiciais	941
2. Títulos de Crédito	942
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor	942
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas	942
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal	943
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, outro Direito Real de Garantia e Caução	943
7. Contratos de Seguro de Vida	943
8. Crédito de Foro e Laudêmio	944
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios	944
10. Certidão de Dívida Ativa	944
11. Contribuições de Condomínio Edifício	944
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro	944
13. Instrumento de ressarcimento da seguradora	945
14. Demais Títulos	945
15. Propositura de Ação não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução	945
16. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	946
17. Contrato de Adesão a Consórcio	946
18. Títulos Executivos Eletrônicos e Dispensa de Testemunhas	946
Art. 785	946
1. Interesse processual e título extrajudicial	946

Seção II Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	947
1. Requisitos da obrigação exigível em execução	947
2. Liquidação por cálculo e liquidez da obrigação	947

Art. 787	947
1. Sinalagma	947
2. Satisfação	947
3. Exoneração	947
4. Despesas Processuais	947
Art. 788	948
1. Adimplemento	948
2. Inadimplemento	948
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato	948

Capítulo V DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	948
1. Responsabilidade Patrimonial	948
2. Processualidade	949
3. Âmbito de Aplicação	949
Art. 790	949
1. <i>Schuld e Haftung</i>	949
2. Sequela	950
3. Sócio	950
4. Responsabilidade Patrimonial do Empresário Individual	950
5. Em Poder de Terceiros	950
6. Cônjuge	950
7. Intimação do Cônjuge	951
8. Em Fraude à Execução	951
9. Em Fraude contra Credores	951
10. Desconsideração de Personalidade Jurídica	951
11. Intimação do Terceiro	951
12. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem	952
13. Dívida <i>propter rem</i> e penhora de bem de terceiro	952
14. Conta corrente conjunta	952
Art. 791	952
1. Direito de superfície	953
2. Responsabilidade do superficiário por dívidas que incidam sobre o imóvel	953
3. Enfitese, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	953
Art. 792	953
1. Fraude à Execução	953
2. Litispendência	954
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência	954
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	955
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	955
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores	955
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito	956
8. Fraude à Execução e Execução Fiscal	956
9. Boa-fé e Bens não sujeitos a Registro	956
10. Fraude à Execução e Bens do Sócio antes do Redirecionamento da Execução	957
11. Fraude à Execução e Impenhorabilidade do Bem de Família	957
12. Súmula 375, STJ, e Execução Fiscal	957

13. Intimação do Terceiro	957
14. Fraude à execução e alienações sucessivas	957
15. Alienação de bem a familiar e fraude à execução	958
Art. 793	958
1. Penhora sobre a Coisa Retida	959
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	959
3. Nova Penhora	959
Art. 794	959
1. Benefício de Ordem	959
2. Mesmos Autos	959
3. Benefício de ordem e bens situados em outro foro ou onerados	960
Art. 795	960
1. Bens Particulares dos Sócios.....	960
2. Redirecionamento	960
3. Formas Sociais	960
4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	961
5. Responsabilidade Tributária.....	961
6. Mesmos Autos	961
Art. 796	961
1. Espólio	961
2. Redirecionamento da Execução contra o Espólio	962

TÍTULO II

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

1. Técnicas Processuais Executivas	963
2. Audiência de conciliação	963

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	963
1. Interesse do Exequente	963
2. Preferência	963
3. Títulos Legais de Preferência	964
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	964
5. Mais de uma Penhora.....	964
6. Competência	965
Art. 798	965
1. Petição Inicial	965
2. Inclusão das prestações vincendas	966
3. Técnica Processual Executiva	966
4. Instrução.....	966
5. Prova da contraprestação	966
6. Requisitos do demonstrativo de débito.....	967
7. Direito à Emenda	967
Art. 799	967
1. Intimação.....	968
2. Tutela de urgência	968
3. Averbação da execução e de atos executivos	968

Art. 800	968
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	969
2. Escolha	969
3. Prazo. Título Executivo Extrajudicial	969
Art. 801	969
1. Direito à Emenda	969
2. Embargos à Execução	969
Art. 802	969
1. Interrupção da Prescrição	970
2. Interrupção de Prescrição e Vistoria	970
3. Prescrição e Títulos Judiciais	970
4. Juros de Mora e Execução de Honorários Advocatícios	970
5. Execução Integral e Prescrição Parcial	970
6. Ação Revisional e Interrupção da Prescrição	970
Art. 803	970
1. Nulidade da Execução	971
2. Exceção de Pré-Executividade	971
Art. 804	971
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usu-frutuário	971
2. Ineficácia	972
Art. 805	972
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	972
2. Ônus da prova do meio menos gravoso	972
3. Prevalência do princípio da efetividade da execução	973
4. Proporcionalidade e Razoabilidade da Execução	973

Capítulo II

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta	973
--------------------------------------	-----

Seção I

Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	973
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais	973
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do art. 538, CPC	974
3. Citação do Executado	974
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo	974
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão	974
6. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	975
Art. 807	975
1. Finda a Execução	975
2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos	975
Art. 808	975
1. Opção do Exequente	975
2. Embargos de Terceiro	975

Art. 809	976
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória	976
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos	976
3. Conversão da execução para entrega de coisa para execução por quantia certa.....	976
Art. 810	976
1. Benfeitorias Indenizáveis	976
2. Direito de Retenção	977
3. Saldo em Favor do Devedor	977
4. Saldo em Favor do Credor.....	977

Seção II

Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	977
1. Prévia Determinação.....	977
2. Ausência de Escolha	977
Art. 812	978
1. Impugnação	978
2. Decisão	978
Art. 813	978
1. Execução para Entrega de Coisa Certa.....	978

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I

Disposições Comuns

Art. 814	978
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	978
2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	978
3. Data a Partir da qual Será Devida.....	979
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	979
5. Critérios jurisprudenciais para a fixação da multa coercitiva	980

Seção II

Da Obrigação de Fazer

1. Fazer Fungível e Fazer Infungível.....	980
Art. 815	980
1. Prazo para Satisfazê-la	980
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	980
3. Embargos à Execução	980
Art. 816	981
1. Executada à Custa do Devedor.....	981
2. Urgência na Realização da Prestação	981
3. Perdas e Danos.....	981
4. Cláusula Penal	981
Art. 817	981
1. Realização por Terceiro	981
2. Aprovação da Proposta.....	982

Art. 818	982
1. Prestado o Fato	982
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada	982
Art. 819	982
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa	983
2. Oitiva do Terceiro	983
3. Decisão	983
Art. 820	983
1. Preferência do Exequente	983
Art. 821	983
1. Fazer Infungível	984
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	984

Seção III

Da Obrigação de Não Fazer

Art. 822	984
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer	984
2. Imposição de Não Fazer	984
3. Imposição de Desfazer	984
4. Urgência em Desfazer	985
Art. 823	985
1. Desfazimento à Custa do Executado	985
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	985

Capítulo IV

DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 824	985
1. Execução por Quantia Certa	985
Art. 825	986
1. Expropriação	986
2. Preferência	986
Art. 826	986
1. Remição da Execução	986
2. Remição da Execução Fiscal	986
3. Legitimidade	986
4. Termo Final	987
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação	987

Seção II

Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	987
1. Honorários de Advogado	987

2. Redução da Verba Honorária	987
3. Não aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória	987
Art. 828	987
1. Averbação	988
2. Faculdade do Demandante	988
3. Ação cuja Concessão da Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de Insolvência	988
4. Certidão	989
5. Comunicação	989
6. Cancelamento	989
7. Averbação Manifestamente Indevida	989
Art. 829	989
1. Citação	990
2. Decisão que Determina a Citação	990
3. Litisconsórcio Passivo	990
4. Penhora e Avaliação	990
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	990
6. Dever de indicação de Bens à Penhora pelo Executado	991
7. Direito de indicação de bens pelo executado	991
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado	991
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica	991
10. Juros de mora	992
11. Citação por edital	992
Art. 830	992
1. Pré-penhora	992
2. Duas Vezes em Dias Distintos	993
3. Citação do Executado	993
4. Conversão Automática	993
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora	993
6. Modalidades de arresto executivo	993

Seção III Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I Do Objeto da Penhora

Art. 831	993
1. Objeto da penhora	994
Art. 832	994
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	994
2. Tipicidade	994
3. Disponibilidade	994
Art. 833	994
1. Impenhorabilidade	995
2. Honorários de Profissional Liberal	995
3. Comissões de Leiloeiro	995
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão	996
5. Pequena Propriedade Rural	996

6. Quotas Sociais	996
7. Bem de Família	996
8. Penhorabilidade do bem de família	997
9. Impenhorabilidade de bem de família e preclusão	998
10. Impenhorabilidade de bem de família e fraude à execução	999
11. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem.....	999
12. Créditos destinados ao FIES.....	999
13. Crédito Alimentar	999
14. Impenhorabilidade de remuneração e depósitos em caderneta de poupança	999
15. Remuneração e impenhorabilidade	999
16. Penhorabilidade de remunerações e honorários advocatícios	1000
17. Impenhorabilidade de depósitos em conta-corrente e em fundos de investimentos	1000
18. Penhora de valores em conta-corrente conjunta.....	1001
19. Preservação do mínimo existencial.....	1001
20. Impenhorabilidade e ação de improbidade administrativa	1001
21. Incorporação imobiliária.....	1001
Art. 834	1001
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	1002
Art. 835	1002
1. Ordem Preferencial.....	1002
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias	1003
3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada.....	1003
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado	1003
5. Outros Direitos.....	1003
6. Alteração da ordem legal.....	1004
7. Execução de Crédito com Garantia Real.....	1004
8. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	1004
Art. 836	1004
1. Não realização da Penhora	1004
2. Relação de bens e depósito provisório.....	1004

Subseção II

Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito

Art. 837	1005
1. Comunicação eletrônica de atos executivos	1005
Art. 838	1005
1. Requisitos.....	1005
Art. 839	1005
1. Penhora e Depósito.....	1005
Art. 840	1005
1. Depositário.....	1006
2. Preferencialmente Depositados.....	1006
3. Direitos e Deveres do Depositário.....	1006
4. Prisão Civil. STF	1006
Art. 841	1008
1. Penhora e intimação do executado.....	1008
2. Dispensa de intimação do executado.....	1008

3. Alteração do endereço do advogado e intimação dirigida ao endereço constante dos autos	1008
Art. 842	1008
1. Cônjuge do Executado	1008
Art. 843	1008
1. Bem Indivisível	1009
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível	1009
3. Insuficiência do produto da expropriação	1009
4. Preferência na arrematação	1009
Art. 844	1009
1. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros	1009
2. Irrelevância da averbação da penhora para a sua constituição	1010

Subseção III

Do Lugar de Realização da Penhora

Art. 845	1010
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens	1010
2. Realização da Penhora	1010
3. Penhora de Imóveis	1010
4. Execução por Carta	1011
5. Embargos à Execução por Carta	1011
Art. 846	1011
1. Ordem de Arrombamento	1011
2. Tutela Penal	1011
3. Auto Circunstanciado	1012
4. Força Policial	1012
5. Auto da Ocorrência	1012

Subseção IV

Das Modificações da Penhora

Art. 847	1012
1. Substituição do Bem Penhorado	1013
2. Ônus do Executado	1013
3. Oferecimento de bem imóvel em substituição	1013
4. Contraditório	1013
Art. 848	1013
1. Substituição da Penhora	1014
2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	1014
3. Contraste entre o art. 847 e art. 848	1015
Art. 849	1015
1. Substituição de bem penhorado e novo termo	1015
Art. 850	1015
1. Instabilidade da penhora	1015
Art. 851	1015
1. Segunda Penhora	1015
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora	1016

Art. 852	1016
1. Alienação Antecipada	1016
Art. 853	1016
1. Contraditório.....	1016
2. Contraditório postergado e alienação antecipada de bem	1016
3. Decisão	1016

Subseção V

Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Art. 854	1017
1. Penhora Eletrônica	1017
2. Bacenjud/Sisbajud	1018
3. Outros instrumentos de penhora eletrônica	1018
4. Dever de se Cadastrar junto aos Sistemas de Penhora Eletrônica.....	1019
5. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade.....	1019
6. Controle judicial da indisponibilidade.....	1020
7. Impenhorabilidade	1020
8. Responsabilidade civil da instituição financeira	1020
9. Partido Político	1020
10. Multa Sancionatória	1020
11. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	1020
12. Bloqueio de ativos financeiros e citação do executado	1021

Subseção VI

Da Penhora de Créditos

Art. 855	1021
1. Penhora de Crédito	1021
Art. 856	1021
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito	1022
2. Pagamento do Terceiro	1022
3. Conluio entre o Executado e o Terceiro	1022
Art. 857	1022
1. Sub-rogação ou Alienação	1022
2. Prosseguimento na Execução	1022
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade	1023
Art. 858	1023
1. Juros, Rendimentos e Prestações	1023
Art. 859	1023
1. Penhora sobre Direito a Coisa.....	1023
Art. 860	1023
1. Penhora sobre Direito Litigioso	1023
2. Penhora no rosto dos autos e arbitragem	1024

Subseção VII
Da Penhora das Quotas ou das Ações
de Sociedades Personificadas

Art. 861	1024
1. Subsidiariedade.....	1025
2. Penhora de quotas de sociedades e vedação contratual.....	1025
3. Sociedades de capital e sociedades de pessoas	1025
4. Sociedades cooperativas	1025
5. Penhora de quotas, alienação de bens da sociedade e fraude à execução.....	1026
6. Penhora de quotas e preferência para sua aquisição.....	1026
7. Prazo do procedimento de penhora e alienação de quotas sociais	1026

Subseção VIII
Da Penhora de Empresa, de Outros
Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	1026
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção	1027
2. Depositário-administrador	1027
3. Edifícios construídos sob regime de incorporação e penhora	1027
4. Administrador e afastamento do incorporador	1027
Art. 863	1027
1. Penhora sobre Empresa mediante Concessão ou Autorização	1028
2. Ausência de Intimação do Poder Público	1028
Art. 864	1028
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave.....	1028
2. Depositário	1028
Art. 865	1028
1. Princípio da menor onerosidade	1028

Subseção IX
Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Art. 866	1029
1. Percentual de Faturamento	1029
2. Excepcionalidade ou não.....	1029

Subseção X
Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel

Art. 867	1030
1. Penhora de percentual de faturamento de empresa	1030
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito.....	1030
Art. 868	1031
1. Perda do Gozo	1031
2. Eficácia da penhora.....	1031
3. Administrador	1031

Art. 869	1031
1. Depositário	1032
2. Contraditório e nomeação de terceiro	1032
3. Tempo Necessário	1032
4. Decisão	1032
5. Pagamento	1032
6. Locação	1032

Subseção XI *Da Avaliação*

Art. 870	1032
1. Avaliação	1033
2. Avaliador	1033
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico	1033
4. Avaliação Errônea	1033
Art. 871	1034
1. Desnecessidade	1034
2. Avaliação Regular	1034
3. Aceitação da avaliação e presunção relativa	1034
Art. 872	1034
1. Laudo de Avaliação	1034
2. Cômoda divisão do bem e alienação	1035
3. Fração impenhorável	1035
Art. 873	1035
1. Nova Avaliação	1035
2. Hipóteses	1035
3. Segunda avaliação	1036
Art. 874	1036
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária	1036
2. Adequação da Penhora	1036
Art. 875	1036
1. Início dos Atos de Expropriação	1036

Seção IV **Da Expropriação de Bens**

Subseção I *Da Adjudicação*

Art. 876	1037
1. Adjudicação	1037
2. Adjudicação e Dação em Pagamento	1037
3. Momento	1038
4. Legitimados	1038
5. Preferência	1038
6. Intimação	1038
7. Preço	1038
8. Crédito Inferior e Crédito Superior	1039

Art. 877	1039
1. Prazo para a lavratura do auto.....	1039
2. Questões Decididas	1039
3. Auto de Adjudicação.....	1039
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	1040
5. Remição de bem hipotecado	1040
6. Remição e bem de falido ou insolvente	1040
Art. 878	1040
1. Renovação do direito de adjudicação quando frustradas as tentativas de alienação do bem.....	1040

Subseção II *Da Alienação*

Art. 879	1040
1. Modalidades de alienação judicial	1040
Art. 880	1040
1. Alienação por Iniciativa Particular	1041
2. Momento.....	1041
3. Alienação Particular de Ofício	1041
4. Preço.....	1041
5. Controle Judicial.....	1042
6. Termo de Alienação	1042
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega	1042
8. Questões Decididas	1042
9. Provimentos dos Tribunais.....	1042
10. Inexistência de corretor ou leiloeiro no foro da causa	1042
Art. 881	1042
1. Ordem de preferência das técnicas de alienação.....	1042
2. Alienação e Bolsa de Valores	1043
Art. 882	1043
1. Prioridade entre as técnicas de leilão judicial	1043
2. Garantias necessárias para o leilão eletrônico.....	1043
3. Leilão eletrônico e duas hastas.....	1043
4. Leilão eletrônico e local dos bens.....	1043
5. Leilão simultâneo	1044
6. Local de realização do leilão presencial.....	1044
Art. 883	1044
1. Indicação	1044
Art. 884	1044
1. Comissão de Leiloeiro	1044
Art. 885	1045
1. Parâmetros do leilão judicial.....	1045
Art. 886	1045
1. Edital de Leilão Público.....	1045
2. Local	1045
3. Execução fiscal e segundo leilão	1045

Art. 887	1046
1. Fixação e Publicação de Editais.....	1046
2. Cientificação do Executado	1046
3. Intimação de titulares de direitos reais limitados, direitos reais de garantia e alguns outros interesses sobre o bem	1047
4. Intimação do Exequente	1047
Art. 888	1047
1. Transferência	1047
2. Responsabilidade	1047
Art. 889	1047
1. Intimações necessárias	1048
2. Ineficácia da alienação quando não realizadas as intimações	1048
3. Nulidade de algibeira	1048
Art. 890	1048
1. Legitimidade para oferecer lance.....	1049
Art. 891	1049
1. Preço Vil.....	1049
Art. 892	1050
1. Pagamento do lance vencedor	1050
2. Arrematação	1050
3. Arrematação pelo exequente	1050
4. Preferência na arrematação.....	1050
Art. 893	1050
1. Diversos Bens	1050
Art. 894	1051
1. Cômoda Divisão.....	1051
2. Ausência de Lançador.....	1051
3. Requerimento de alienação fracionada de bem	1051
Art. 895	1051
1. Prestações	1052
2. Inadimplemento das prestações.....	1052
3. Preferência da proposta de pagamento à vista	1052
Art. 896	1052
1. Imóvel de Incapaz.....	1053
2. Pretendente	1053
Art. 897	1053
1. Inadimplemento	1053
Art. 898	1053
1. Fiador	1053
Art. 899	1053
1. Satisfação do Exequente	1054
2. Menor Onerosidade.....	1054

Art. 900	1054
1. Prosseguimento	1054
Art. 901	1054
1. Auto de Arrematação	1054
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	1054
3. Ordem de Entrega	1055
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega	1055
5. Requisitos da Carta de Arrematação	1055
6. Imissão na Posse	1055
7. Remição da execução	1056
Art. 902	1056
1. Remição de bem hipotecado	1056
Art. 903	1056
1. Perfeita, Acabada e Irretratável.....	1057
2. Ineficácia da Arrematação.....	1057
3. Invalidade da Arrematação.....	1057
4. Decisão.....	1057
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação.....	1057
6. Expedição da Carta de Arrematação e Desconstituição da Alienação	1058
7. Arrependimento do arrematante.....	1058
8. Arrematação e ônus anteriores sobre os bens	1058
9. Ação anulatória de arrematação e decadência	1058

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	1059
1. Satisfação do credor	1059
Art. 905	1059
1. Entrega do Dinheiro.....	1059
2. Credor	1059
3. Plantão judiciário e vedação de levantamento de dinheiro ou de liberação de bens.....	1060
Art. 906	1060
1. Quitação	1060
Art. 907	1060
1. Devedor.....	1060
Art. 908	1060
1. Concurso Singular de Credores.....	1061
2. Preferência.....	1061
3. Adjudicação, alienação e sub-rogação do crédito	1061
4. Execução e Penhora	1062
5. Concurso entre o advogado e seu cliente.....	1062
Art. 909	1063
1. Cognição	1063
2. Decisão.....	1063

Capítulo V

DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	1063
1. Execução contra a Fazenda Pública	1063
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	1063
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial	1064
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	1064
5. Citação para Oposição de Embargos	1064
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo ...	1064
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	1065
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	1065
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	1065
10. Precatório	1065
11. Precatório Alimentar	1066
12. Débitos de Natureza Alimentícia	1066
13. Precatório Complementar	1066
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal	1067
15. Crédito de Pequeno Valor	1067
16. Preferência e Sequestro	1068
17. Correção Monetária de Precatórios	1068
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1068
19. Juros de Mora e Expedição do Precatório	1069
20. Prescrição	1069

Capítulo VI

DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	1069
1. Alimentos	1069
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	1070
3. Título Executivo	1070
4. Expropriação	1070
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos	1071
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	1071
7. Prisão Civil	1071
8. Prazo	1072
Art. 912	1072
1. Desconto em Folha	1072
2. Dever de Terceiros	1073
3. Desconto em Renda	1073
Art. 913	1073
1. Execução de Alimentos por Expropriação Patrimonial	1073

TÍTULO III

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 914	1074
1. Embargos do Executado	1074
2. Embargos à Execução e Ônus da Prova	1074

3. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	1074
4. Distribuição, Apensamento e Instrução	1074
5. Embargos dentro da execução e erro grosseiro	1074
6. Outras Formas de Oposição à Execução.....	1075
7. Exceção de Pré-Executividade	1075
8. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	1075
9. Embargos à Execução por Carta	1076
10. Embargos do Executado e Valor da Causa.....	1076
Art. 915	1076
1. Prazo	1077
2. Mais de um Executado.....	1077
3. Cônjuges e Companheiros	1077
4. Execuções por Carta Precatória.....	1078
5. Embargos à execução e convenção de arbitragem	1078
Art. 916	1078
1. Parcelamento	1078
2. Pressupostos Legais	1079
3. Deferimento ou Indeferimento	1079
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	1079
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução.....	1080
Art. 917	1080
1. Cognição nos Embargos	1080
2. Inviabilidade da Execução.....	1081
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	1081
4. Excesso de Execução.....	1081
5. Hipóteses de excesso de execução.....	1082
6. Quantia Superior à do Título	1082
7. Cumulação Indevida de Execuções	1082
8. Retenção por Benfeitorias	1083
9. Incompetência Absoluta ou Relativa.....	1083
10. Qualquer Matéria	1083
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	1083
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse	1083
13. Arguição de Impedimento e Suspeição	1083
Art. 918	1084
1. Rejeição Liminar dos Embargos	1084
2. Ausência de Impugnação Específica ao Cálculo do Autor e Rejeição Liminar dos Embargos	1084
3. Direito à Emenda	1084
4. Improcedência Liminar	1085
5. Recurso Cabível.....	1085
Art. 919	1085
1. Não Terão Efeito Suspensivo	1085
2. Atribuição de Efeito Suspensivo	1085
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação.....	1086
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução.....	1086
5. Modulação do Efeito Suspensivo	1086
6. Alcance do Efeito Suspensivo	1087
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo	1087

8. Recurso Cabível	1087
9. Efeito Suspensivo e Prescrição Intercorrente.....	1087
Art. 920	1087
1. Resposta do Embargado	1087
2. Revelia do Embargado	1087
3. Julgamento Imediato ou Audiência	1088
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação	1088
5. Honorários Advocatícios	1089
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública.....	1089

TÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	1090
1. Suspensão da Execução	1090
2. Embargos à Execução e Impugnação	1091
3. Causas Gerais de Suspensão do Processo	1091
4. Ausência de Bens Penhoráveis	1091
5. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal.....	1091
6. Prescrição Intercorrente e Intimação do Exequente.....	1091
7. Prescrição Intercorrente e Falecimento do Exequente	1092
8. Não Localização de Bens e Arquivamento da Execução	1092
9. A Súmula 150, STF	1092
10. As alterações da Lei 14.195/21 e sua inconstitucionalidade	1092
11. Não localização do executado e suspensão do processo	1092
12. Não localização do executado e citação por edital	1093
13. Decretação de nulidade do procedimento que reconhece prescrição intercorrente	1093
14. Extinção da execução por prescrição intercorrente e ônus sucumbenciais	1093
Art. 922	1093
1. Convenção das Partes.....	1093
Art. 923	1094
1. Atos Urgentes	1094

Capítulo II

DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	1094
1. Extinção da Execução	1094
2. Entrega do Dinheiro	1094
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	1095
4. Outras Hipóteses	1095
Art. 925	1095
1. Declaração por Sentença.....	1095
2. Extinção da Execução e Apelação	1095
3. Extinção da execução e honorários sucumbenciais.....	1095

LIVRO III
DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS
DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

TÍTULO I
DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE
COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 926	1098
1. Liberdade, Igualdade e Segurança Jurídica	1098
2. Tribunais	1099
3. Precedente, Jurisprudência e Súmula	1100
4. Estável, Íntegra e Coerente	1101
5. <i>Stare Decisis</i>	1102
6. <i>Stare Decisis</i> Horizontal	1102
7. Precedente do STF. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1102
8. Precedente do STJ. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1103
Art. 927	1104
1. <i>Stare Decisis</i> Vertical	1104
2. <i>Ratio Decidendi</i>	1105
3. Questões Idênticas, Semelhantes e Distintas	1106
4. <i>Obiter Dictum</i>	1106
5. Jurisprudência	1106
6. Interpretação e Aplicação	1106
7. Formação	1107
8. Distinção	1107
9. Superação	1107
10. Superação para Frente	1108
11. Modulação de Efeitos	1109
12. Quórum para Superação para Frente	1109
13. Superação Parcial	1109
Art. 928	1110
1. Julgamentos Repetitivos	1110
2. Objeto	1110

Capítulo II
DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929	1110
1. Registro	1110
2. Descentralizado	1110
Art. 930	1111
1. Distribuição	1111
2. Prevenção	1111
Art. 931	1111
1. Relator	1111

Art. 932	1111
1. Poderes do Relator	1112
2. Direção do Processo	1112
3. Questões Incidentais	1112
4. Não Conhecer	1113
5. Negar Provimento	1113
6. Dar Provimento	1113
7. Colegiado	1113
8. Colegiado Como Última Instância	1114
9. Dever de Prevenção	1114
10. Saneamento Recursal e Vícios Formais	1114
Art. 933	1114
1. Dever de Diálogo	1114
2. Momento	1115
Art. 934	1115
1. Publicidade	1115
Art. 935	1115
1. Pauta	1115
2. Nova Pauta	1115
3. Vista dos Autos	1115
Art. 936	1116
1. Ordem	1116
Art. 937	1116
1. Sustentação Oral	1116
2. Feitos que Admitem	1117
3. Não Surpresa	1117
4. Sustentação Oral e Agravo Interno de Negativa de Provimento de Recurso Especial	1117
5. Sustentação Oral e Agravo Interno de Decisões Proferidas em Processos de Competência Originária	1117
Art. 938	1117
1. Questões Preliminares	1118
2. Vício Sanável	1118
Art. 939	1118
1. Julgamento Principal	1118
2. Juízes Vencidos	1119
Art. 940	1119
1. Vista	1119
Art. 941	1119
1. Resultado	1119
2. Juiz Afastado ou Substituído	1120
3. Voto Vencido	1120
Art. 942	1120
1. Ampliação do Debate	1120
2. Não Unânime	1121
3. Decisões Finais	1121

4. Não se Aplica.....	1121
5. Prosseguimento	1121
6. Embargos Declaratórios do Julgamento Ampliado	1121
Art. 943	1121
1. Suporte.....	1122
2. Ementa.....	1122
3. Publicação	1122
Art. 944	1122
1. Notas	1122
Art. 945. (REVOGADO)	1122
1. Julgamento Eletrônico	1122
Art. 946	1122
1. Ordem de Julgamento.....	1122

Capítulo III DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 947	1123
1. Assunção de Competência	1123
2. Legitimidade	1123
3. Julgamento	1123
4. Procedimento	1124

Capítulo IV DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 948	1124
1. Controle de Constitucionalidade	1124
2. Controle Difuso.....	1124
3. Arguição de Inconstitucionalidade.....	1124
Art. 949	1125
1. Admissão.....	1125
2. Rejeição	1125
3. Dispensa	1125
Art. 950	1125
1. Procedimento	1126
2. Direito à Manifestação.....	1126
3. Decisão	1126

Capítulo V DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1126
1. Legitimidade	1126
2. Ministério Público	1127
Art. 952	1127
1. Illegitimidade	1127
2. Incompetência	1127

Art. 953	1127
1. Competência	1127
2. Forma de Instauração	1127
3. Prova	1128
Art. 954	1128
1. Oitiva	1128
Art. 955	1128
1. Suspensão	1128
2. Urgência	1129
3. Decisão Monocrática	1129
Art. 956	1129
1. Apresentação	1129
Art. 957	1129
1. Decisão	1129
2. Validade	1129
3. Recorribilidade	1129
Art. 958	1130
1. Conflito Interno	1130
2. Reprodução Obrigatória	1130
Art. 959	1130
1. Conflito de Atribuições	1130
2. Competência	1130

Capítulo VI

DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO *EXEQUATUR* À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1130
1. Homologação	1131
2. Direito à Homologação	1131
3. Decisão Interlocutória Estrangeira	1131
4. Decisão Arbitral Estrangeira	1131
Art. 961	1131
1. Eficácia	1132
2. Parcialmente	1132
3. Urgência e Execução Provisória	1132
4. Execução Fiscal	1132
5. Divórcio Consensual	1132
Art. 962	1132
1. Medida de Urgência	1133
2. Probabilidade e Urgência	1133
3. Validade Expressamente Reconhecida	1133
4. Tutela de Evidência	1133
Art. 963	1133
1. Homologação	1133
2. <i>Exequatur</i>	1134
3. Procedimento	1134

Art. 964	1134
1. Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira	1134
Art. 965	1134
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento	1135
2. Procedimento	1135

Capítulo VII DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1135
1. Ação Rescisória.....	1136
2. Ação Rescisória, Ação Anulatória e <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i>	1136
3. Decisão de Mérito.....	1136
4. Decisão Impeditiva	1137
5. Cabimento.....	1137
6. Prevaricação, Concussão ou Corrupção	1137
7. Impedimento ou Incompetência	1138
8. Dolo Processual	1138
9. Colusão entre as Partes.....	1138
10. Coisa Julgada	1138
11. Violação Manifesta de Norma Jurídica.....	1139
12. Violação Manifesta de Norma Jurídica em Um Sistema de Precedentes.....	1139
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória.....	1139
14. Ação Rescisória e Tema 69/STF	1140
15. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção.....	1140
16. Prova Falsa.....	1140
17. Prova Nova	1140
18. Erro de Fato.....	1141
19. Ação Anulatória.....	1141
20. Objeto	1141
21. Fundamentos	1142
22. Prazo	1142
23. Competência	1142
24. Procedimento	1142
25. Efeitos	1142
Art. 967	1142
1. Legitimidade Ativa.....	1143
2. Legitimidade Passiva	1143
Art. 968	1143
1. Petição Inicial	1144
2. <i>Iudicium Rescindens e Iudicium Rescissorium</i>	1144
3. Depósito	1144
4. Dispensa	1145
5. Valor da Causa	1145
6. Indeferimento.....	1145
7. Improcedência Liminar	1145
8. Recurso.....	1145
9. Competência	1145
10. Competência e Dever de Auxílio.....	1146
11. Complementação.....	1146

Art. 969	1146
1. Não Impede o Cumprimento	1146
2. Tutela Cautelar ou Tutela Antecipada	1146
Art. 970	1147
1. Citação	1147
2. Prazo	1147
3. Resposta	1147
4. Revelia	1147
5. Ônus de Impugnação Específica	1147
6. Procedimento Comum	1147
Art. 971	1147
1. Relator	1147
Art. 972	1147
1. Instrução	1148
2. Devolução dos Autos	1148
Art. 973	1148
1. Razões Finais	1148
2. Ministério Público	1148
3. Julgamento	1148
Art. 974	1148
1. Procedência	1149
2. Inadmissibilidade	1149
3. Improcedência	1149
4. Multa	1149
5. Recursos	1149
Art. 975	1149
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada	1149
2. Trânsito em Julgado	1150
3. Crítica à Tese do Trânsito em Julgado Uno e Único	1150
4. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado	1151
5. Prova Nova	1152
6. Simulação ou Colusão das Partes	1152

Capítulo VIII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1153
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1153
2. Multiplicação de Demandas	1154
3. Mesma Questão de Direito	1154
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1154
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau	1154
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão	1154
7. Questão de Direito Material ou Processual	1154
8. Desistência ou Abandono do Processo	1155
9. Custas Processuais	1155
10. Negócios Processuais e IRDR	1155
11. IRDR e <i>Collateral Estoppel</i>	1155

Art. 977	1155
1. Legitimidade	1155
2. Documentos Necessários	1155
3. Prazo	1156
Art. 978	1156
1. Competência	1156
2. Prevenção	1156
Art. 979	1156
1. Publicidade	1156
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1156
Art. 980	1157
1. Prazo de Julgamento e Preferência	1157
Art. 981	1157
1. Juízo de Admissibilidade	1157
Art. 982	1157
1. Suspensão dos Processos	1158
2. Exclusão do Regime de Suspensão	1158
3. Requisição de Informações	1158
4. Intervenção do Ministério Público	1158
5. Pedido de Tutela de Urgência	1158
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente	1158
7. Modulação do Efeito Suspensivo	1159
Art. 983	1159
1. Instrução do Incidente	1159
2. Preservação do Contraditório	1159
Art. 984	1159
1. Etapas do Julgamento do Incidente	1160
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento	1160
Art. 985	1160
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão	1160
2. Reclamação	1160
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1161
4. Comunicação à Agência Reguladora	1161
Art. 986	1161
1. Revisão da Tese	1161
2. Outros Legitimados para a Revisão	1161
Art. 987	1161
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário	1162
2. Interpretação Conforme Precedente STJ	1162
3. Presunção de Repercussão Geral	1170
4. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior	1171
5. Efeito Suspensivo	1171
6. Reclamação	1171

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1172
1. Reclamação.....	1172
2. Cabimento.....	1173
3. Cognição <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1173
4. Autonomia.....	1173
5. Competência	1174
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1174
Art. 989	1174
1. Relator.....	1174
2. Contestação	1174
Art. 990	1175
1. Impugnação	1175
2. Contraditório.....	1175
Art. 991	1175
1. Ministério Público	1175
Art. 992	1175
1. Competência	1175
2. Autoridade.....	1175
3. Medida Adequada	1175
Art. 993	1176
1. Imediato Cumprimento.....	1176

TÍTULO II DOS RECURSOS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso	1177
2. Sucedâneos Recursais	1177
3. Duplo Grau de Jurisdição	1177
4. Taxatividade	1177
5. Unirrecorribilidade	1177
6. Fungibilidade.....	1177
7. Consumação	1178
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....	1178
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito.....	1179
10. Requisitos Intrínsecos.....	1179
11. Cabimento.....	1179
12. Interesse Recursal	1179
13. Legitimidade	1180
14. Inexistência de Fato Extintivo.....	1180
15. Requisitos Extrínsecos.....	1180
16. Tempestividade.....	1180
17. Regularidade Formal	1180

18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho.....	1180
19. Inexistência de Fato Impeditivo	1181
20. Preparo	1181
21. Efeitos	1181
22. Devolutivo	1181
23. Translativo	1181
24. Suspensivo	1182
25. Expansivo	1182
26. Obstativo	1182
27. Substitutivo	1182
Art. 994	1182
1. Taxatividade	1183
Art. 995	1183
1. Não Impedem a Eficácia da Decisão	1183
2. Disposição Legal	1183
3. Decisão Judicial	1183
4. Suspensão da Decisão Recorrida	1184
Art. 996	1184
1. Parte Vencida	1184
2. Terceiro Prejudicado	1184
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público	1185
4. Ministério Público	1185
Art. 997	1186
1. Recurso	1186
2. Recurso Adesivo	1186
3. Admissibilidade	1186
4. Subordinação	1186
5. Taxatividade	1187
6. Interposição	1187
7. Mesmas Regras	1187
Art. 998	1187
1. Desistência	1187
2. Litisconsórcio	1188
3. Precedentes	1188
Art. 999	1188
1. Renúncia	1188
2. Litisconsórcio	1188
Art. 1.000	1189
1. Aceitação	1189
2. Expressa ou Tácita	1189
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa	1189
4. Litisconsórcio	1189
Art. 1.001	1189
1. Irrecorribilidade	1189
2. Casuística	1190

Art. 1.002. A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte	1190
1. No Todo ou em Parte	1190
Art. 1.003	1190
1. Fluência e Contagem	1191
2. Antes da Citação.....	1191
3. Protocolo	1191
4. Correio	1191
5. Prazo	1191
6. Feriado Local.....	1191
7. Precedente do STJ sobre a Comprovação de Feriado Local	1192
Art. 1.004	1192
1. Interrupção de Prazo.....	1192
Art. 1.005	1192
1. Litisconsórcio Unitário	1192
2. Solidariedade.....	1193
Art. 1.006	1193
1. Baixa dos Autos	1193
Art. 1.007	1193
1. Preparo	1194
2. Dispensa	1194
3. Deserção.....	1194
Art. 1.008	1195
1. No que Tiver Sido Objeto.....	1195

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1195
1. Cabimento.....	1195
2. Regra da Decisão Final	1196
3. Fundamentos.....	1196
Art. 1.010	1196
1. Forma	1197
2. Independentemente de Juízo de Admissibilidade.....	1197
Art. 1.011	1197
1. Relator.....	1197
2. Decisão Monocrática	1197
3. Voto.....	1197
Art. 1.012	1198
1. Efeito Suspensivo	1198
2. Cumprimento Imediato.....	1198
3. Alimentos.....	1199
4. Embargos à Execução	1199
5. Tutela Provisória.....	1199
6. Efeito Suspensivo <i>Ope Judicis</i>	1199

Art. 1.013	1200
1. Efeito Devolutivo	1200
2. Efeito Translativo	1200
3. Causa Madura	1201
4. Tutela provisória	1201
Art. 1.014	1201
1. Questões de Fato	1201
2. Prova Nova	1201

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1202
1. Cabimento.....	1202
2. Rol Taxativo.....	1202
3. Também Caberá	1203
4. Demais Casos	1203
Art. 1.016	1203
1. Forma	1204
Art. 1.017	1204
1. Instrumento.....	1204
2. Obrigatórias	1205
3. Facultativas	1205
4. Obrigatórias, Facultativas e Colaboração	1205
5. Preparo	1205
6. Interposição.....	1205
7. Processo Eletrônico	1205
Art. 1.018	1205
1. Juntada	1206
2. Inadmissibilidade.....	1206
Art. 1.019	1206
1. Decisão Monocrática	1206
2. Efeito Suspensivo	1207
3. Antecipação da Tutela Recursal.....	1207
4. Resposta	1207
5. Ministério Público.....	1207
6. Decisão do Relator.....	1207
Art. 1.020	1208
1. Julgamento	1208

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1208
1. Cabimento Decisão Relator	1208
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice	1209
3. Impugnação Específica	1209
4. Reprodução dos Fundamentos.....	1210

5. Procedimento	1210
6. Decisão de Única ou Última Instância.....	1210
7. Julgamento	1211
8. Multa.....	1211

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1211
1. Cabimento.....	1212
2. Obscuridade	1212
3. Contradição	1212
4. Omissão.....	1212
5. Erro Material.....	1213
6. Embargos de Declaração e Agravo Interno	1213
Art. 1.023	1213
1. Prazo	1213
2. Petição Escrita	1213
3. Juiz	1214
4. Preparo	1214
5. Embargos de Declaração Com Efeitos Infringentes.....	1214
6. Contrarrazões	1214
Art. 1.024	1214
1. Julgamento	1215
2. Conversão.....	1215
3. Complementação.....	1215
4. Desnecessidade de Ratificação	1215
Art. 1.025	1216
1. Prequestionamento	1216
Art. 1.026	1216
1. Não Têm Efeito Suspensivo	1216
2. Outorga de Efeito Suspensivo.....	1217
3. Interrupção de Prazo.....	1217
4. Manifestamente Protelatórios.....	1217
5. Depósito.....	1218
6. Revisão do Valor da Multa por Embargos Protelatórios	1218

Capítulo VI DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ	1218
---	------

Seção I Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	1219
1. Recurso ordinário	1219
2. Recurso ordinário para o STF.....	1219
3. Recurso ordinário para o STJ	1220
4. Agravo de instrumento	1220

5. Causa madura	1220
6. Tutela provisória	1221
Art. 1.028	1221
1. Admissibilidade, procedimento e efeitos	1221
2. Interposição	1221
3. Processamento no STF e no STJ	1221

Seção II

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas	1221
2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	1223
3. Repercussão Geral e Relevância	1223
4. Causa Constitucional e Causa Federal	1224
5. Prequestionamento e Embargos de Declaração	1224
6. Única ou Última Instância	1225
7. Cabimento Recurso Extraordinário	1225
8. Cabimento Recurso Especial	1226
9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Tutela Provisória	1226
10. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório	1227
11. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais	1228
12. Efeito Translativo e Recursos Extraordinários	1228

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 1.029	1228
1. Cabimento	1229
2. Repercussão Geral e Relevância	1229
3. Fatos do Caso	1229
4. Interpretação de Cláusulas Negociais	1230
5. Razões	1230
6. Exposição Analítica	1230
7. Dissídio Jurisprudencial	1231
8. Divergência e Orientação Firmada	1232
9. Prova da Divergência	1232
10. Fundamento Genérico	1232
11. Desconsideração Vício Formal	1232
12. Suspensão em Todo o Território Nacional	1233
13. Tutela Provisória	1233
Art. 1.030	1234
1. Contrarrazões	1234
2. Juízo de Admissibilidade	1234
3. Negar Seguimento	1235
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp	1235
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória	1236
6. Retratação	1236
7. Sobrestamento	1236
8. Seleção	1237
9. Admissão e Remessa	1237
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp	1237

Art. 1.031	1237
1. Interposição Simultânea	1237
2. Inversão da Ordem.....	1237
Art. 1.032	1238
1. Livre Trânsito	1238
2. Dever de Prevenção.....	1238
Art. 1.033	1239
1. Livre Trânsito	1239
2. Dever de Prevenção.....	1239
Art. 1.034	1239
1. Aplicando o Direito à Espécie.....	1239
2. Efeito Devolutivo e Efeito Translativo	1240
Art. 1.035	1240
1. Repercussão Geral	1241
2. Relevância e Transcendência	1242
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos.....	1242
4. Causas com Repercussão Geral.....	1243
5. Causas sem Repercussão Geral	1243
6. Competência	1243
7. <i>Amicus Curiae</i>	1243
8. Quórum.....	1243
9. Momento.....	1244
10. Deliberação Eletrônica	1244
11. Suspensão	1244
12. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1244
13. Recurso Equivocadamente Sobrestado	1244
14. Recurso Inutilmente Sobrestado	1244
15. Não Reconhecimento	1245
16. Reconhecimento.....	1245
17. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal.....	1245
18. Súmula	1245

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em Bloco	1246
2. Cinco Estágios.....	1246
Art. 1.036	1246
1. Aferição	1247
Art. 1.037	1247
1. Afetação	1248
2. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1248
3. Distinção	1249
Art. 1.038	1249
1. Instrução.....	1249
2. Decisão	1249
3. Decisão sobre Questão não Delimitada.....	1250

Art. 1.039	1250
1. Irradiação.....	1250
Art. 1.040	1251
1. Publicação	1251
2. Desistência	1251
Art. 1.041	1251
1. Fidelidade.....	1252

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	1252
1. Cabimento.....	1253
2. Prazo	1254
3. Razões	1254
4. Contrarrazões	1254
5. Julgamento Conjunto	1254
6. Interposição Conjunta	1254

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	1255
1. Cabimento.....	1255
2. Embargos de Divergência e Decisão Monocrática	1256
3. Divergência.....	1256
4. Razões	1256
5. Fundamento Genérico	1257
Art. 1.044	1257
1. Julgamento	1257

LIVRO COMPLEMENTAR

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1.045	1259
1. <i>Vacatio Legis</i>	1259
Art. 1.046	1259
1. Direito Intertemporal	1259
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1259
3. Isolamento dos Atos Processuais	1260
4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973	1260
Art. 1.047	1260
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1261
Art. 1.048	1261
1. Idoso.....	1261
2. Criança e Tratamento Prioritário	1262
3. Pessoa com Deficiência	1262
4. Requerimento.....	1262
5. Não Cessação.....	1262

Art. 1.049	1262
1. Procedimento Comum	1262
Art. 1.050	1262
1. Cadastro da Administração Pública em Sistema Eletrônico	1262
Art. 1.051	1263
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1263
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1263
Art. 1.052	1263
1. Execução contra Devedor Insolvente	1263
Art. 1.053	1263
1. Atos Processuais Eletrônicos	1263
Art. 1.054	1264
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1264
Art. 1.055. (Vetado)	1264
Art. 1.056	1264
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente	1264
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1264
Art. 1.057	1264
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1264
2. Inconstitucionalidade	1265
Art. 1.058	1265
1. Recolhimento de Dinheiro	1265
Art. 1.059	1265
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1265
2. Esgotamento do Objeto da Ação	1265
3. Ponderação	1266
Art. 1.060	1266
1. Custas na Justiça Federal	1266
Art. 1.061	1266
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1266
Art. 1.062	1267
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais	1267
Art. 1.063	1267
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1267
Art. 1.064	1267
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1267
Art. 1.065	1267
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1268
Art. 1.066	1268
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1268

Art. 1.067	1268
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral.....	1269
Art. 1.068	1269
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1269
2. Anulação de Partilha.....	1269
Art. 1.069	1269
1. Avaliação da Efetividade do Código.....	1269
Art. 1.070	1270
1. Prazo de Agravo Regimental.....	1270
Art. 1.071	1270
1. Usucapião Extrajudicial	1271
2. Intimação do Poder Público	1271
3. Intimação de Terceiros	1271
4. Procedimento	1271
Art. 1.072	1272
1. Decreto-Lei 25/37	1272
2. Código Civil	1272
3. Assistência Judiciária Gratuita	1272
4. Lei 8.038/1990	1272
5. Lei de Alimentos	1272
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica	1272

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

1. Nota à 9ª edição
2. Nota à 8ª edição
3. Nota à 7ª edição
4. Nota à 6ª edição
5. Nota à 5ª edição
6. Nota à 4ª edição
7. Nota à 3ª edição
8. Nota à 2ª edição
9. Súmulas
10. Teses de Repercussão Geral
11. Temas de Recursos Repetitivos